

2 Percursos

Percorrer o Mediterrâneo arcaico é fazer emergir vazios e cheios, regiões dinâmicas face a outras desleixadas. Para Mazzarino (*Fra Oriente e Occidente*, Florença, 1947) o arcaísmo consistira essencialmente num diálogo cultural intenso entre a velha Grécia e o Oriente, o Oriente costeiro de Esmirna e de Mileto, mas também o Oriente profundo e bárbaro, o da Anatólia e da Capadócia.

É certo que os séculos arcaicos, marcados pelo canto dos aedos sobre a guerra de Tróia, começaram por ser isso mesmo; mas não é menos verdade que era da tomada de posse mental e concreta de todo o espaço mediterrânico que então se ocupavam Fenícios e Gregos. No século VIII todos se viram para os mares, para fundar, para vender e comprar. No século VII, instalam-se em todos os litorais em colónias gregas ou cidades fenícias. No século VI há choques, confrontos no mar e o ritmo das batalhas navais conduzirá o Mediterrâneo arcaico ao limiar dos séculos clássicos e helenísticos.

As cidades fenícias e o Levante

Na costa do Próximo Oriente, terra de velhas culturas que, desde o neolítico, estão avançadas em relação ao resto do mundo mediterrânico, o arcaísmo assiste

à emergência das cidades da Fenícia do Sul, nomeadamente Tiro, Sídon e Biblos. Estas cidades querem escapar ao domínio dos seus vizinhos do interior, os reis assírios, que regularmente — do século XI ao século VIII — vêm mais para norte, até «ao grande mar do país de Amurru» ou «o mar superior do sol poente», até à foz do Oronte, para exigir um tributo, em especial madeira, da parte dos «reis da costa», isto é, dos governantes fenícios, que subiam toda a costa do Levante para pagarem o devido. E a pressão acentua-se quando, no século VIII, o rei assírio transforma a Fenícia do Norte (salvo a ilha de Arwad) em província assíria e recebe então de um dos seus subordinados um relatório que começa assim:

«Ao meu senhor Rei, o teu servo (...). A propósito dos Tireses, cujo Rei disse: «O teu relatório!», comportam-se realmente bem com ele. Todas as feitorias lhes são favoráveis. Os súbditos, como querem, na casa das feitorias, entram, saem, vendem e compram. O Líbano está à sua disposição. Os seus súbditos, como querem, sobem, descem e trazem madeiros. De quem traz madeiros, eu cobro o imposto mobiliário.» (Saggs, *The Nimrud Letters, Iraq*, 1955, trad. Kestemont.)

Os Fenícios lançaram-se na aventura mediterrânica, alargando primeiro as suas relações com o vizinho egípcio, fazendo em seguida da ilha de Chipre uma terra fenícia, progredindo enfim para além dos mares, por pontos de apoio em Creta e no Mar Egeu. Seria porém temerário ler a expansão fenícia como uma progressão prudente, metódica e regular; para além dos debates cronológicos, é provável que as mais antigas instalações fixas dos Fenícios além-mar sejam as mais afastadas da Fenícia: Lixus, nas costas atlânticas de Marrocos, Gades (Cadiz) para além de Gibraltar e Utique na Tunísia, depois, muito mais tarde, Cartago são tradicionalmente consideradas os estabelecimentos mais antigos. Não há aí, aliás, nada de ilógico e os Gregos fizeram o mesmo quando procederam à fundação das suas colónias em Itália.

No fim do século IX, em 814, se conservarmos a data tradicional para a fundação de Cartago, o cenário já está pois instalado: o sul do Mediterrâneo, das costas levantinas do Magrebe até ao Oceano, começa por ser um mar fenício e será preciso a audácia dos colonos de Teera ao fundarem Cirena, depois as iniciativas dos Jónios em Náucratis, no delta egípcio, para termos instalações fixas que não as dos Fenícios nas margens meridionais do Mediterrâneo. Não esqueçamos, po-

rém, que os primeiros gregos que navegaram longe das suas bases (depois dos Micénios do II milénio) foram os da ilha de Eubeia, perto de Atenas. Estes eubeus, que vêm das cidades de Calcis, Lefkandi e Erétria, frequentam, a partir do século VIII, os mares do Sul. Vimo-los operar nas cercanias de Gibraltar. Encontramo-los de novo nas paragens de Cartago e de Tabarka (Tunísia), onde mercadeiam com os fenícios de Cartago. Melhor, integram-se parcialmente na sociedade cartaginesa mediante casamentos mistos e vínculos de sangue que constituem a explicação para a presença de vasos eubeus nas deposições mais antigas da concreção de Cartago, esse lugar que pesa ideologicamente sobre as sociedades fenícias e onde cremavam as crianças mortas de tenra idade.

Com a presença dos Eubeus nas terras e nas famílias de Cartago, inicia-se uma primeira tentativa de diálogo norte-sul num Mediterrâneo onde as clivagens étnicas não têm as dimensões nem as características que lhes darão as guerras púnicas entre Cartago e Roma, na época de Aníbal.

Esta atracção do mundo grego pelos meios fenícios é recíproca. Fenícios e, de uma maneira geral, levantinos de todos os tipos, nomeadamente arameus, bem como cartagineses, frequentam sítios gregos, como Pitecussai. E estas imbricações culturais permitem evidenciar a importância dos fenómenos urbanos que então têm lugar. Os Fenícios organizam aglomerados que reelaboram esquemas de urbanismo oriundos de raízes orientais profundas, cuja importância apercebemos perante a espessura das primeiras estratigrafias do habitat cartaginês, que remontam ao século VIII, isto é, a um momento em que estão a começar as experiências gregas de urbanismo.

O mundo fenício estende-se portanto das costas do Líbano e de Chipre às da Andaluzia.¹ Das antigas cidades fenícias pouco conhecemos para estes séculos, por causa da continuidade de ocupação que caracterizou estes sítios, onde ainda hoje se erguem grandes urbes. A concentração das casas em redor dos templos e do porto, a presença de algumas estruturas colectivas (entrepostos), de poços e cisternas, a existência de fortificações, a proximidade das necrópoles com, a partir do século VII, grandes túmulos que denotam a existência de homens poderosos e de grandes famílias: tal é a paisagem das primeiras cidades fenícias no Mediterrâneo. As descrições literárias destas cidades que possuímos referem-se quase sempre aos séculos posteriores (como as de Estrabão sobre as cidades da Fenícia): temos portanto que esperar pacientemente que a arqueologia desenhe

o rosto destes aglomerados, a despeito da sobreposição dos níveis e da presença quase sistemática das fases da época helenística e romana marcadas por vestígios imponentes, nomeadamente os edifícios públicos, que muitas vezes destruíram as estruturas arcaicas mais leves. Ler o urbanismo arcaico é sobretudo tomar consciência da fragilidade das construções desta época.

Demoremo-nos por momentos na ilha de Chipre, a maior ilha do Mediterrâneo oriental (9 251 km²), situada a menos de 100 km das costas do Levante: é uma encruzilhada entre o mundo oriental e o mundo grego; tem os seus reinos de Pafos (onde a *Odisseia*, VIII, 362-363, situa um culto a Afrodite), de Amatoite (a 10 km de Limassol, com o seu santuário de Afrodite/Astarteia na acrópole), de Quítion (com o seu porto interior, sob a actual cidade de Larnaca), de Salamina, na costa sul e sueste (frente à Fenícia) e, no interior, Idálion, com as suas florestas do maciço do Tróodos, e Tamassos, com as suas minas de cobre. Esta ilha central serve de escala no momento da fundação de Cartago: 80 virgens destinadas à prostituição num templo de Afrodite são raptadas para acompanharem os Tireses que partem para o Oeste (Justino, XVIII, 4-6). Na mesma altura, a ilha serve cada vez mais de escala num mundo de comércio e as cerâmicas gregas mais arcaicas aí chegam provenientes da Eubeia, mas também da Ática, a partir do fim do século X. Mais tarde, após uma submissão momentânea aos assírios do rei Sargão II (no fim do século VIII, em 707 a. C.), vemos chegar vasos fabricados na Grécia de leste e em Corinto.

Esta situação aproxima Chipre da costa do Levante, onde há ao mesmo tempo cidades da Fenícia e feitorias adaptadas às trocas comerciais: assim, de norte a sul, Al Mina, no delta do Oronte, Bassit e Tell Sukas (na Síria) ou Tell Abu Hawam (perto de Haifa, em Israel) antes da sua destruição provisória no decurso do século VIII. São sítios de estatuto ainda incerto e objecto de debate: feitorias gregas ou sítios indígenas abertos aos gregos? A noção de *emporion* (ver capítulo 6) será útil para definir as coisas. Mas isso não invalida que tenham sido estas as regiões que viram retomar as trocas entre o mundo grego e as costas do Próximo Oriente e de Chipre, numa época (o século X) que ainda recentemente era definida como um dos séculos «obscuros» durante os quais toda a vida de relações parecia ter parado no Mediterrâneo.

A Eubeia

A ilha, de forma alongada (o seu primeiro nome foi Macris, «a comprida») estende-se ao longo da Beócia e da Ática. Os seus habitantes, a que Homero chama «os Abantes», distribuíam-se por várias cidades, sobretudo na costa sul da ilha onde se encontrava a principal planície, chamada «lelantina», por cuja posse teve lugar a guerra do mesmo nome, no fim do século VIII. Foi o momento da primeira grande clivagem no mundo grego, com Mégara e Mileto a apoiar a Erétria — a nova cidade que, a partir do início do século VIII fora progressivamente substituindo Lefkandi — ao passo que Corinto e Samos alinhavam pelo lado de Calcis. A sociedade eubeia caracterizava-se pela presença de uma classe aristocrática, a dos «Criadores de cavalos» (*Hippobotai*), cujo nome designava portanto a fonte da sua riqueza.

Todavia, a precocidade da abertura da ilha à vida mediterrânica, a partir do século X, explica-se talvez pela presença, na Eubeia, de minas de cobre e de ferro (o nome Calcis vem do grego *chalchos*, «cobre»). Por outro lado, há que ver que os habitantes desta terra sujeita a terremotos (Estrabão X, 1, 9) iriam dirigir-se às principais regiões vulcânicas do mundo mediterrânico, a Cilícia, os arredores do Etna, o golfo de Nápoles e a região do Vesúvio. Terras vulcânicas significam de facto fertilidade agrícola.

Com efeito, as cidades da Eubeia orientaram as suas ambições mediterrânicas em três direcções: a norte, para a extremidade do mar Egeu, a leste para o Levante e a oeste para as costas italianas. A norte, a península chamada Calcídica da Trácia (do nome Calcis) foi a primeira região do Mediterrâneo que as navegações eubeias atingiram e escavações recentes de sítios em Toroné, nessa região, mas também em Manda e Koukos, mostraram que houve aí uma fase nitidamente anterior ao século VIII, a ocupar os séculos «obscuros». A leste, o sítio de Al Mina mas também toda a costa até Tiro, bem como Chipre, fizeram trocas comerciais com os Eubeus a partir do século IX, até mesmo antes; a oeste, Calcídios e Erétrios estabeleceram-se, antes dos meados do século VIII, em Pitecussai (ilha de Ischia), depois em Cuma, no golfo de Nápoles, no estreito de Messina (Zancle e Reghion), por fim na Sicília oriental (Naxos, Leontinoi e Catânia) ao mesmo tempo que multiplicavam os contactos com os Fenícios de Cartago e da Sardenha (Sulcis).

Justifica-se pois que se leia, no Hino homérico a Apolo (v. 219), que a Eubeia é «famosa pelos seus navios». E não nos surpreende encontrar em Erétria, cujo nome significa «a remadora», e em Mileto uma componente marítima da aristocracia: os *Aeinautai* (literalmente: «os que navegam sem cessar»).

Corinto

Pouco depois do meio do século VIII, os Erétrios foram expulsos da ilha de Cócira (Corfu) para o Mar Adriático pelos Coríntios, prestes a irem fundar Siracusa. E há aí, com efeito, uma transmissão de poderes: doravante, o poder coríntio irá progressivamente sobrepor-se ao comércio eubeu; memo os meios calcídios da Sicília sentirão a pressão das importações coríntias. O domínio sobre a Cócira não foi porém imediato, uma vez que uma batalha naval — a primeira do mundo grego segundo Tucídides (I, 13, 4) — ainda a opunha a Corinto em 664.

A história arcaica de Corinto foi marcada pela dominação oligárquica da família dos Baquíadas, depois pela tirania dos Cipsélidas, com o seu fundador, Cipselos, e Periandro, o filho deste (fim do século VII e início do século VI).

Corinto, a cidade do istmo, irradiou a partir dos seus portos de Lechaion e de Kenchreai. As colónias coríntias não foram particularmente numerosas. Algumas no Mar Adriático: além da recuperação de Cócira, houve a fundação de Epidamne com os Corcireus, depois a de Apolónia, Lêucade, Anactorion, Ambrácia. Houve uma única colónia coríntia na Sicília, Siracusa, que por sua vez fundou numerosas cidades, e uma única no norte do Mar Egeu, Portideia. Prevalencia o aspecto comercial. Impressiona sempre, quando reflectimos sobre Corinto, o desfasamento que parece haver entre uma cidade afinal modesta para a época arcaica e a massa considerável de cerâmicas e ânforas que esta vila enviou pelos mares fora, para as suas próprias colónias, mas também para quase todos os estabelecimentos coloniais.

A riqueza de Corinto espantou os Gregos e Tucídides propunha para ela uma explicação racional:

«A cidade de Corinto, instalada no istmo, fora sempre um *emporion*, por causa de os Gregos outrora viajarem mais por terra do que por mar e de

as comunicações entre os povos do Peloponeso e os outros passarem pelo seu território. Era grande a prosperidade económica desta cidade, como testemunham os poetas que lhe aplicam o epíteto de «opulenta». Quando a navegação se desenvolveu entre os Gregos, os Coríntios puderam, graças à sua frota, dedicar-se à pirataria. Como constituía um centro para as trocas comerciais, tanto por via terrestre como por via marítima, Corinto conseguiu rendimentos consideráveis que fizeram dela uma cidade poderosa.» (I, 13)

Por sua vez, Heródoto notava:

«É em Corinto que o exercício de um ofício manual encontra menos desprezo.» (II, 167).

E Estrabão dirá mais tarde:

«Corinto deve o seu qualificativo de opulenta ao seu *emporion*.» (VIII, 20).

O coríntio que simboliza este estado de espírito e este sucesso é o mercador Demarate, de quem encontramos dois retratos, um em Estrabão, outro em Dinis de Halicarnasso:

«Demarate, membro da família que reinava em Corinto, foi de lá expulso pelos movimentos revolucionários; refugiou-se em Tirrénia (Etrúria), levando consigo tantos tesouros provenientes da sua terra natal que assumiu a título pessoal a chefia da cidade que o acolhera enquanto o seu filho iria tornar-se rei dos Romanos.» (Estrabão, VIII, 6, 20.)

«Um certo coríntio, de seu nome Demarate, da família dos Baquíadas, que tinha escolhido ser comerciante, navegou para a Itália com um barco da sua pátria e uma carga de sua pertença. Depois de ter vendido ambos na região das cidades tirrenas (etruscas) que eram então particularmente prósperas e ter obtido grandes lucros, já não quis dirigir-se a outros portos para continuar a trabalhar no mesmo mar, levando aos Tirrenos mercadorias gregas e aos Gregos mercadorias tirrenas e tornando-se assim possuidor de grandes riquezas.» (Dinis, III, 46, 3).

Esta integração de Demarate na cidade etrusca de Tarquínia e a subida do seu filho Tarquínio, o Antigo, ao trono de Roma foram de natureza a impressionar os seus contemporâneos e os historiadores de Roma.

OS ESTILOS E A CERÂMICA DE CORINTO

A riqueza de Corinto, descobre-a o arqueólogo nos produtos artesanais e artísticos da cidade e sua difusão. Sabemos que o estudo das cerâmicas fabricadas em Corinto ou arredores constitui a base das cronologias arqueológicas para o fim do século VIII, século VII e primeira metade do século VI. Trata-se sobretudo dos estilos do coríntio geométrico médio (antes de 750) e recente (750-720), depois do protocoríntio antigo (720-690), médio (690-675) e recente (675-650), do protocoríntio de transição (650-620) e finalmente dos estilos do coríntio antigo (620-600), médio (600-575) e recente (575-550).

Pelos meados do século VI, as oficinas coríntias entram em decadência e Atenas aproveita para substituir Corinto: a cerâmica ática de figuras negras começa a estar cada vez mais presente nas estratigrafias e nos túmulos dos sítios mediterrânicos ao passo que os produtos de estilo coríntio recente se notam pela sua decadência técnica e repetitividade dos elementos decorativos. Alguns sucessos excepcionais como, talvez, por volta de 530, a grande cratera de bronze descoberta em Vix (Borgonha), cuja atribuição a Corinto ainda não é segura, iluminam ainda a história das oficinas coríntias. Mas trata-se apenas de uma «compensação» (Croissant).

Atenas

Redigida nos anos de 429-425 por um exilado «desenganado e lúcido» (Canfora) — talvez Crítias? — a Constituição dos Atenienses do pseudo-Xenofonte proclama que é o povo que faz andar os navios e dá à cidade o seu poder. E mais: que o cidadão deve conhecer o manuseio dos remos:

«Graças às suas possessões fora da Ática e aos cargos que exercem fora da sua cidade, os Atenienses aprenderam sem dar por isso, eles e os seus criados, o manejo do remo. É inevitável, de resto, que um homem que se faz ao mar com frequência saiba remar, ele e o seu criado, e tenha aprendido o vocabulário da arte náutica. Tornam-se bons timoneiros pela experiência de navegar e pela prática. Alguns dedicaram-se a pilotar um navio vulgar, outros um navio de carga e outros ainda passaram para as trieras. A maior parte são capazes de remar assim que entram num navio porque a isso se aplicaram durante toda a sua vida.»

Esta reflexão inscreve-se todavia num longo e difícil diálogo entre Atenas e o mar que irá resultar, na época clássica, nos grandes confrontos de Maratona e Salamina, aquando das guerras Médicas (490, 480), no envio de cidadãos (os «cleruques») que são também colonos-soldados, para as cleruquias, na liga de Delfos a partir de 477, enfim, na expedição à Sicília e no encerramento dos Atenienses feitos prisioneiros nas pedreiras (*latomias*) de Siracusa.

Atenas, que tinha dado a sua preferência a Atena, preterindo o deus do mar Poseídon, pela posse da Ática, não pôde porém escapar ao mar. O mar tinha já desempenhado um papel essencial, na altura da partida dos Gregos para a Grécia de Leste, no âmbito da «migração jónia» do II milénio.

Ao longo dos séculos arcaicos, as ânforas de azeite produzidas em Atenas e com a marca SOS no gargalo exportam-se a partir do fim do século VIII, e isto até à época de Sólon (c. 580), momento em que há provavelmente reconversão e reestruturação de certas práticas de troca. Esta difusão, que significa para Atenas a exportação do seu azeite, basta para afastar a ideia de um desinteresse de Atenas pela actividade marítima no século VII, tanto mais que diversos indícios arqueológicos apontam no mesmo sentido. Não é por isso menos verdade que, ao contrário de Corinto, Atenas produz sistematicamente, para exportação, pequenos vasos (taças ou vasos para perfume).

No século VI, a documentação, tanto histórica como arqueológica, é mais abundante. A cerâmica ática de figuras negras difunde-se por todo o Mediterrâneo, no Mar Negro como no Adriático, em Marselha ou em Espanha. A moeda ateniense desenvolve-se também graças à exploração das minas do Laurion. Por outro lado, Pisístrato retoma a cidade de Sigeia, à entrada do Helesponto, aos gregos de Mitilene de Lesbos (c. 550); Miltíades, o Antigo, torna-se senhor do Queroneso da Trácia; Miltíades, o Jovem, toma Lemnos, igualmente próxima do estreito dos Dardanelos. Trata-se aí do Mar Negro e do abastecimento de Atenas e o mesmo se passa com a política ateniense para o delta egípcio, para o delta do Pó (presença no *emporion* de Espina) e nas planícies da Sicília, motivos da luta contra Siracusa, no fim do século V.

O período clássico abre, nos meados do século V, com as fundações atenienses de Naupacta, à entrada do golfo de Corinto, de Brea e de Anfípolis, na Trácia, no norte do Mar Egeu. É Atenas que dirige, na Itália do Sul, a fundação pan-helénica de Túrioi, em 444, no local da prestigiosa Síbaris, destruída em 510 pela

sua rival e vizinha Crotona. Armou dez navios sob as ordens de Lampon e Xenócrito. Arautos foram avisar as cidades do Peloponeso de que este empreendimento colonial estava aberto a todos (Diodoro, XII; 10, 6-7). O historiador Heródoto de Halicarnasso participa na fundação de Túrioi, bem como, provavelmente, o arquitecto Hipódamo de Mileto. E nas primeiras moedas (estáteres) emitidas pela nova colónia vê-se, no verso, o perfil de Atena (símbolo de Atenas) coroada de hera ou de oliveira, ao passo que no anverso está representado o touro de Síbaris.

Egina e Mégara

A pequena ilha de Egina, cujo perímetro perfaz apenas uns quarenta quilómetros, encontra-se no golfo de Sarónica, em frente a Atenas. Foi celebrada por Píndaro, no século V:

«Egina dos remos compridos» (*Olimpica*, VIII, 1), «reinas sobre o mar dórico» (*Hinos*, 6, III).

Tinha dois portos (Cílix, 53) e parece que a certa altura detivera o domínio dos mares — a *talassocracia* —, segundo Estrabão, que acrescentava:

«A ilha tornou-se um grande *emporion*, o que ficou a dever à pobreza do seu solo, que obrigava os seus habitantes a irem buscar recursos ao comércio marítimo, donde chamar-se artigos de Egina a todas as mercadorias miúdas.» (VIII, 6, 16).

Em 519, os Eginetas tiraram aos Samosanos a cidade cretense de Cidónia, depois de os terem vencido no mar e terem consagrado as proas dos navios inimigos «que eram em forma de cabeça de javali» (Heródoto, III, 59) no seu templo de Atena.

Controlavam um santuário de Zeus em Náucratis, no delta do Nilo (Heródoto, II, 178); eram os únicos gregos que não tinham vindo de uma cidade da Grécia asiática. E isto conduz-nos a uma sugestiva indagação. O personagem mais co-

nhecido de Egina era o comerciante Sostratos de Egina, filho de Laodamas (Heródoto, IV, 152); pela inscrição grega, em alfabeto de Egina, gravada num fragmento de cepo de âncora de mármore descoberta no *emporion* de Gravisca (Etrúria) e que data dos anos 510-500, sabemos que este personagem frequentava o Mar Tirreno; melhor ainda, encontrámos o seu pai, Laodamas, por uma dedicatória inscrita numa cerâmica de Náucratis, da primeira metade do século VI; enfim, a coroar tudo, um outro Sostratos está atestado no fim do século VII e início do século seguinte, sempre por inscrições em vasos em Náucratis: trata-se provavelmente (Torelli) do avô do Sostratos citado por Heródoto e teríamos portanto a prova da existência de uma grande família de comerciantes eginetas que terá frequentado os *emporia* do Mediterrâneo, de Náucratis a Gravisca, durante um século. Acrescente-se ainda que algumas dedicatórias encontradas em Ádria, um *emporion* do delta do Pó, poderiam igualmente testemunhar a presença de eginetas (Colonna).

Em 480, durante a batalha de Salamina, Egina «disputa aos Atenenses, pelo seu valor, o primeiro lugar» (Estrabão, VIII, 16); depois da batalha, os Eginetas receberam uma reprimenda de Delfos por não terem feito espontaneamente oferendas: e lá foram eles, «consagrar três estrelas de ouro que estão colocadas num mastro de bronze na esquina do santuário ao lado da cratera oferecida por Cresos» (Heródoto, VIII, 122). É um bronzista de Egina, Teopropos, o autor da grande estátua de bronze de Apolo, com perto de 6 metros de altura, excepcional consagração pan-helénica realizada após Salamina, como testemunha a base inscrita encontrada nas escavações de Delfos.

Mégara tinha um porto (*epineion*), chamado Nisaia, derivado do antigo rei Nisos. Neste porto, situado a oito estádios (3 km) da cidade (Tucídides, IV, 66), encontrava-se um santuário de Deméter Malóforos (Pausânias, I, 44, 3), tal como na longínqua Selinonte da Sicília, sub-colónia de Mégara. A cidade cedo se opôs a Atenas, em especial para controlar a ilha de Salamina, muito próxima. No interior do seu templo de Zeus Olímpico, os Megáricos conservavam um esporão de bronze que pertencera a um navio ateniense capturado (Pausânias, I, 40, 5).

Os Megáricos fundaram várias colónias além-mar, mas em sectores muito localizados: a oeste da Sicília e a leste, na região do Bósforo.

Na Sicília oriental, na segunda metade do século VIII, instalam-se no sítio

de Mégara Hiblea, a vinte quilómetros do norte da Siracusa coríntia, após numerosas errâncias que os levam a, entre outras coisas, partilhar durante algum tempo a vida dos Calcídeos de Leontinoi. Mégara Hiblea, por sua vez, fundou Selinonte, na costa sul da Sicília, nos meados do século VII.

A Leste instalaram-se, no início do século VII, os Megáricos, na margem sul do Bósforo, na Calcedónia, depois frente a Bizâncio, cidade a que estava reservado um grande destino histórico: tornou-se, com o correr dos séculos, Constantinopla, depois Istambul. Uma terceira colónia, Selímbría, nasceu na margem norte da Propôntida (Mar de Marmara).

No Mar Negro, ao longo do século VI, Mégara participou também na fundação de Heracleia do Ponto na margem sul, perto do Bósforo, enquanto Calcedónia e Bizâncio participaram na fundação de Cálatis e Mesêmbria, na costa ocidental (actual Bulgária).

O Mar Egeu

O Mar Egeu, entre a Grécia, a Jónia, a Trácia e Creta, é, no sentido próprio do termo grego, uma «polinésia», um mar com inúmeras ilhas agrupadas em algumas categorias: as Cíclades e as Espórades a sul, Lemnos e Tasos a norte, por fim as ilhas próximas da costa jónia e dela indissociáveis nessa época (Lesbos, Quios, Samos, Rodes). Estas ilhas, «restos de um continente desaparecido, são como pedras de um vau a unir as duas margens povoadas de gregos» (Lévêque). Em suma, o contrário de uma fronteira.

O Mar Egeu teve sempre, ao longo dos séculos «obscuros», uma história que começa a sair da sombra, entre os primeiros tempos das cidades jónicas e o desenvolvimento dos estabelecimentos de Toroné e Mande, na Calcídica. No século IX, o sítio de Zagora, na ilha de Andros, nas Cíclades a sul da Eubeia, é uma das primeiras manifestações de uma estruturação política no alto arcaísmo, paralelamente à cidade eubeia de Lefkandi e ao primeiro núcleo urbano de Esmirna.

O Mar Egeu tinha as suas riquezas, as minas de prata de Sifnos, as pedreiras de mármore de Paros, mas também de Naxos e Tasos, as minas de ouro de Tasos. As marmoreiras de Paros eram de uma riqueza infinita: as suas galerias tinham fama de se encherem de novo com o tempo (Estrabão, V, 2, 6). Estátuas, depois

templos de mármore de Paros erguer-se-ão em todos os pontos altos do mundo grego, a começar por Delfos: a existência de uma escola de Paros de escultura, comprovada desde Furtwängler, permite, por exemplo, atribuir-lhe uma parte das esculturas do Tesouro de Sifnos.

Todavia, as Cíclades e as outras ilhas do Egeu são sobretudo rochedos esparsos no Mediterrâneo, com a terra agrícola reduzida ao mínimo. Tasos é pelada — «como uma espinha dorsal asinina» —, segundo o poeta Arquíloco, oriundo de Paros (frag. 17), que a conhecia bem, pois aí viveu durante o século VII.

Logo, o mar é importante:

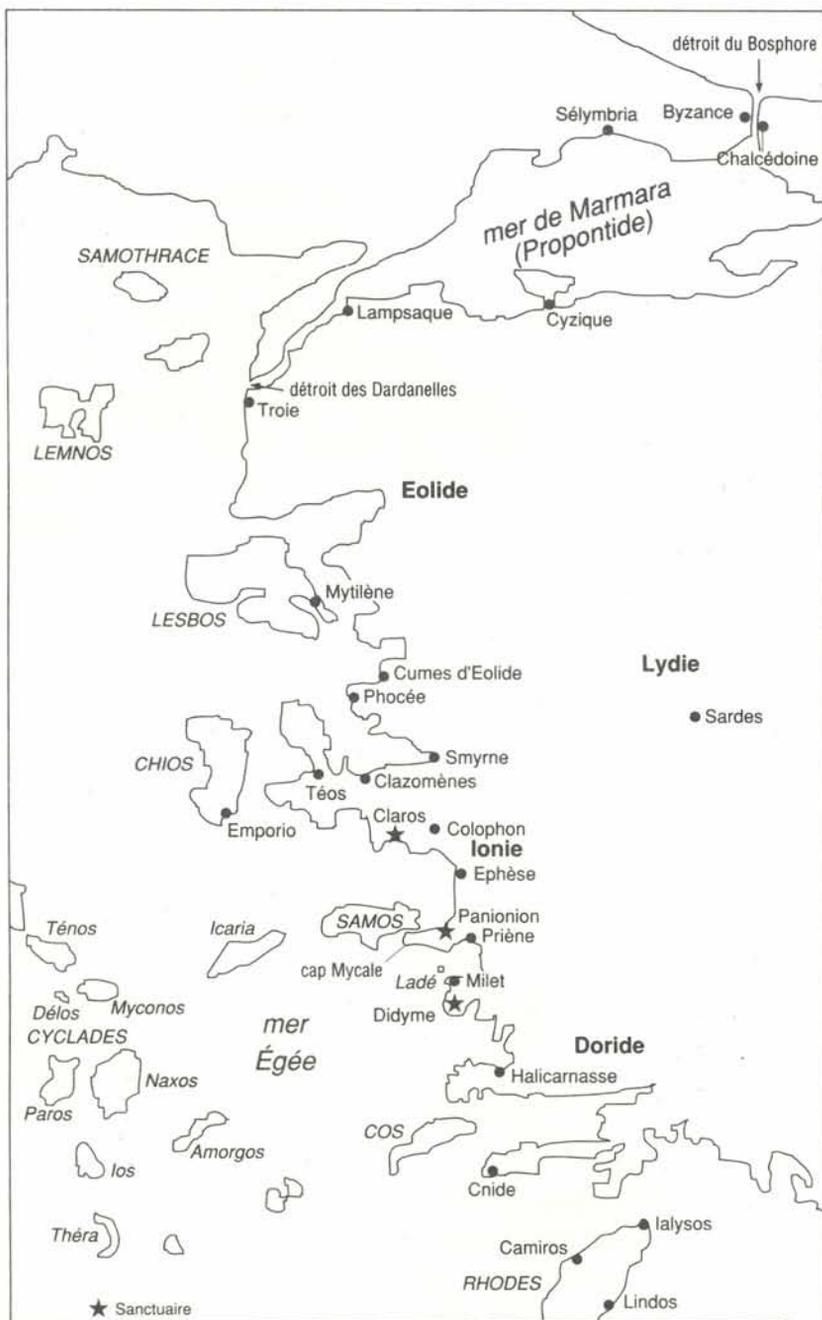
«Esquece Paros, as suas figueiras tristes e essa vida que aí se tem que arrancar às ondas.» (Arquíloco, frag. 105).

Paros tinha dois portos, dos quais um que se podia fechar (*limen kleistos*), segundo Cílix (58). No início do século VII, colonos de Paros foram instalar-se em Tasos, a ilha maciça no norte, «pesado navio ancorado ao largo do continente trácio» (Pouilloux). Arquíloco estava entre os emigrantes. Estes contribuíram rapidamente para a helenização da costa trácia, muito próxima. É a «pereia» tásia (mais propriamente: *peraia gé*: «a terra em frente»), a 2 horas de barco da ilha. A cidade de Tasos, no norte da ilha, era dotada, na época arcaica, de um porto importante, com um molhe construído em mármore e xisto.

Tasos, no fim da época arcaica, sofreu a passagem dos Persas que se dirigiam à Grécia, aquando das guerras Médicas. No princípio do século V (491), o rei persa Dario mandou os Tásios «derrubarem as suas muralhas e transferirem os seus barcos para Abdera», isto é, para a Trácia (Heródoto, VI, 46). Alguns anos depois, os Tásios ficaram arruinados por causa do abastecimento do exército de Xerxes e, sobretudo, dos jantares sumptuosos destinados ao rei e aos seus companheiros de mesa (Heródoto, VII, 118-119). Depois, Tasos entrou em conflito com Atenas, que tomou a cidade em 463: foi o fim da existência de Tasos enquanto cidade (*polis*) independente.

A sul de Tasos havia a ilha de Samotrácia com os seus cultos esotéricos (Heródoto, II, 51). É a florestal «Samos da Trácia», citada pelo poeta da *Ilíada* (XIII, 12) e que tinha um porto (Cílix, 67).

Ainda mais a sul, a ilha de Lemnos tinha um passado carregado de mitos, quase todos reelaborados após a conquista da ilha pelos atenienses de Miltíades



A Grécia asiática

(500), para realçar a sua marginalidade. A Lemnos arcaica surge na *Iliada* como uma ilha rica e aberta ao comércio. É ao rei de Lemnos que os Fenícios oferecem uma cratera de prata proveniente de Sídón (XXIII, 740) e os Lemnitas vendem o seu vinho para comprar bronze e ferro (VII, 467). É também, nos poemas homéricos, a terra de Hefesto, o deus do fogo. Tucídides (IV, 109, 4) chama «Tirrenos» a estes indígenas da ilha e Heródoto (VI, 138) indica que navegavam com pentaconteras, tipo de navio arcaico utilizado pelos Fócios. Descobriu-se, no fim do século XIX, uma inscrição do fim do século VI (na estela de Camínia) cuja língua, falada na ilha antes da chegada dos Atenienses, parece muito próxima da língua etrusca. A inscrição, que faz referência a um fócio de nome Hoiáies (transcrição de Hilaio?) reacendeu os debates sobre os vínculos entre esta ilha, os Fócios e os Etruscos (também eles chamados «Tirrenos» nas fontes antigas.).

A Jónia e Rodes

O fócio de Lemnos dá-nos passagem para o continente asiático, para falarmos das cidades da Grécia da Ásia. Esta zona grega fora-se constituindo na segunda metade do II milénio (século XI), com a chegada de imigrantes provenientes de todas as regiões da Grécia.

No princípio do arcaísmo, por volta de 800, a situação estabilizou-se. As cidades gregas são muitas e é tradição distribuí-las por três categorias, em função do dialecto grego falado. A norte, o dialecto eólio é o de Cumes da Eólida e na ilha de Lesbos, o da cidade de Mitilene. No centro, o dialecto jónio é falado em 12 cidades, que mais tarde formarão uma «dodecápole»: de norte para sul, são as cidades de Fócia, Esmirna, Clazómenas, Eritreia, Cólofon, Teos, Lébedos, Éfeso, Priena, Miús e Mileto, bem como, ao largo, as cidades de Quios e de Samos, nas duas ilhas dos mesmos nomes. Por fim, na parte meridional da costa anatólia, o dialecto dório foi provisoriamente o de Halicarnasso, cidade que adoptou depois o dialecto jónio, e duradouramente o de Cnido, no continente, e das ilhas de Cós e de Rodes.

A ilha de Rodes, com as suas cidades de Lindos, Iálisos e Camiros, era uma zona grega em contacto com as costas do Levante e largamente aberta aos mercadores fenícios que aí se instalaram (Diodoro, V, 58), como confirma a arqueo-

logia (Coldstream). Sobrestimou-se durante muito tempo a importância das produções de cerâmica de Rodés, mas hoje atribuem-se essas séries a outras cidades, nomeadamente da Jónia do Norte. Por outro lado, numerosas tradições tardias referem-se a uma colonização ródia em todas as regiões do Mediterrâneo, por exemplo, as fundações de Rodanúsia, perto do Ródano, ou de Rodé, na Catalunha, mas a arqueologia nunca confirmou. «Os Ródios não têm sorte» (Morel).

Este mundo grego do leste prova que o arcaísmo gozou de uma vitalidade intelectual e cultural excepcionais que poderiam comparar-se, ao longo dos séculos, ao Renascimento italiano. Basta pensarmos, e para citar apenas alguns nomes, no geógrafo Hecateu de Mileto, no legislador Pítaco de Mitilene, nos poetas Alceu e Safo de Mitilene, nos filósofos Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaxágoras de Clazómenas, Heraclito de Éfeso, Pitágoras de Samos, Tales de Mileto, Xenófanes de Cólofon. Heródoto de Halicarnasso, o «pai da História», é também, no século V, o apogeu de uma série prestigiosa de intelectuais (os «pré-socráticos») que então refizeram o mundo, repensando o espaço e o lugar que nele ocupa o homem. Teremos que esperar pelo século IV, com Platão e Aristóteles, para encontrarmos de novo uma reflexão filosófica tão profunda e global.

Relativamente à história do Mediterrâneo, o contributo da Grécia da Ásia foi igualmente excepcional e os habitantes da cidade de Cumes da Eólida tinham fama de brancos por terem levado mais de 300 anos a decidir-se a cobrar taxas portuárias (Estrabão, XIII, 3, 6).

As outras cidades tinham sido mais consequentes. Mileto, para o Mar do Norte, e Fócia, sobretudo para o Ocidente, tiveram uma política colonial activa. Em Mileto, os *Aeinautai* («os que navegam sem cessar», expressão presente também em Erétria de Eubeia) viram-se forçados a condicionar a política da cidade, onde o tirano Trasíbulo manteve boas relações com o coríntio Periandro (Heródoto, I, 20 e V, 92; Aristóteles, *Política*, 1284a 26-33 e 1311a 20).

De Samos, o mercador Colaios transpôs o estreito de Gibraltar no fim do século VII, na tradição das navegações eubeias. No século VI, o tirano Polícrates teve uma política mediterrânica activa. O arquitecto Eupalino de Mégara, ao seu serviço, abriu um túnel com o comprimento de 7 estádios (cerca de 1,3 km) e 2,40 m de altura e de largura para levar água à cidade, realizando assim o primeiro grande aqueduto (Heródoto, III, 60). Em Quios, «que outrora possuía uma grande marinha» (Estrabão, XIV, 1, 37) e tinha muitos escravos (Tucídides,

VIII, 40, 2), tal como em Clazómenas e em Samos, desenvolveram-se as oficinas de ânforas para vinho e de cerâmica e os seus produtos espalharam-se por todos os litorais mediterrânicos. E as cidades estiveram presentes de um modo organizado no delta egípcio, em Náucratis (Heródoto, II, 178).

A história arcaica da Grécia asiática foi condicionada pelas relações com as populações do interior. Esta região foi de facto um dos pontos essenciais dos contactos com o Oriente bárbaro. Os Lídios acabaram por se tornar bons vizinhos e tiveram reis amigos do mundo grego: Giges, Aliates, cuja esposa era uma grega da Jónia, e Cresos, cujas ricas oferendas a Delfos ficaram célebres (Heródoto, I, 50). Foram invadidos pelos Persas: o rei persa Ciro, com a pressão que exerceu sobre as cidades gregas, provocou, nos meados do século VI, uma série de emigrações para o Ocidente. A fundação de Eleia pelos emigrados fócios, onde foi instalar-se o filósofo Xenófanes de Cólofon, é o resultado mais tangível desta segunda «migração jónia» do Oriente para o Ocidente.

No início do século V, a aventura arcaica da Jónia termina com um desastre: as cidades gregas revoltam-se contra os Persas (499). Mileto, alma e coração da revolta, é tomada pelos Persas em 494, após a derrota da frota grega à vista de Ladeia, ilha próxima de Mileto. Os Milésios são massacrados e deportados para a Mesopotâmia, enquanto as oferendas do templo de Apolo (de Dídima) partiram para Susa. Assim as riquezas da Jónia se afastaram do Mediterrâneo.

O Mar Negro: o Ponto Euxino

Passar da Jónia para o Mar Negro é seguir naturalmente os colonos de Mileto, que aí fundaram um grande número de *poleis*, e os colonos fócios que tinham emigrado para Lampsaca, na Propôntida (Mar de Marmara). E, precisamente, foi pelo historiador Anaxímenes de Lampsaca (mestre de Alexandre Magno) que, segundo Estrabão (XIV, 1, 5-6) foi conhecida a lista das colónias de Mileto no Mar Negro. Na época romana calculava-se o seu número em mais de 80 (Plínio, V, 112).

Sabemos que o nome *pontos euxinos* — «mar hospitaleiro» — só foi dado pelos Gregos ao Mar Negro numa segunda fase. Este mar, com efeito, começou por ser «inóspito» (*axenos*, segundo Estrabão, VII, 3, 6), mas na época helenística não se sabia bem se os perigos vinham do próprio mar e das suas tempestades

ou da selvajaria das populações bárbaras vizinhas e particularmente dos Citas:

«Que imolavam estrangeiros aos seus deuses, se alimentavam da sua carne e se serviam dos seus crânios como taças.» (Estrabão, VII, 3, 7).

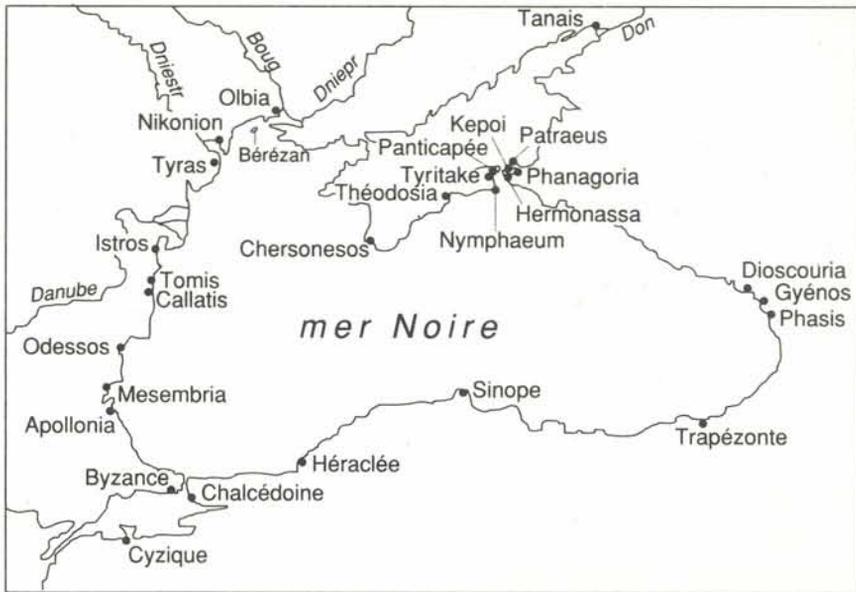
Poderíamos resumir a história arcaica do Ponto dizendo que as suas entradas foram guardadas pelos Megáricos com a fundação de Calcedónia e de Bizâncio, no Bósforo, e transpostas com violência pelos persas Dario e Xerxes, aquando das guerras Médicas. Entre estes dois momentos essenciais, o seu litoral foi controlado por Mileto e a expressão «lago milésio» não é excessiva: um lago fornecedor de peixe e rodeado de terras que dão trigo e vinho, peles e metais.

Ao mesmo tempo, o Mar Negro foi um formidável porto de entrada para o mundo bárbaro: aí desaguam uns quarenta rios (Estrabão, VII, 3, 6). Alguns deles eram já citados na *Teogonia* (v. 337 ss.) de Hesíodo, em 700, ao passo que Homero os desconhecia (*Iliada*, XII, 20). Havia sobretudo o grande Istros (Danúbio), com o seu delta comparável ao do Pó, do Ródano ou do Nilo. O mesmo é dizer que há que ter em mente os Citas, mas também os Trácios, os Frígios e as populações do Urartu, ao medirmos a importância deste mar.

Percorrer sinteticamente as margens do Ponto é hoje um exercício difícil. Mais que em qualquer outro lugar, o historiador dá-se aqui conta da natureza incerta de algumas questões e são muitas as discussões entre especialistas de uma região onde se assiste a um grande surto de actividade arqueológica. O número de sítios ocupados na época arcaica é muito mais elevado do que o fornecido pelas fontes literárias mais tardias e portanto, *a priori*, menos fiáveis do que as que existem para as outras regiões mediterrânicas: se compararmos o Mar Negro à Itália meridional e à Sicília, é sobretudo a ausência de informações rigorosas para o Ponto em Tucídides o que mais impressiona.

Neste contexto, é difícil elaborar modelos, partir dos factos para construir esquemas explicativos. Podemos, quando muito, discernir algumas questões, ao longo do percurso.

Interrogámo-nos durante muito tempo para sabermos em que época os Gregos tinham transposto os estreitos. Hoje, dispensamos os argumentos técnicos sobre a capacidade dos barcos para subirem as correntes. Actualmente, assiste-se antes ao confronto entre historiadores que crêem nas fontes (Graham) e arqueólogos que crêem no que vêem, isto é, na cerâmica (Boardman).



O Mar Negro

A partir daqui, que dizer da data das primeiras fundações gregas? A resposta é dupla: por um lado, o exemplo ocidental (sul de Itália e Sicília) convidaria a confiar nas fontes, na medida em que a investigação arqueológica vai progressivamente encontrando confirmações da tradição. Mas seria esquecer que são as fontes antigas, e portanto bem informadas (Heródoto e Tucídides, nomeadamente) que estão confirmadas no Ocidente, mais do que o Pseudo-Cimnos ou Eusébio, os quais dão as mais importantes informações cronológicas para o Mar Negro. Por outro lado, embora a investigação arqueológica, à medida que se vai desenvolvendo, tenha tendência para fazer «subir» as datações, há que não subestimar os limites do exercício. Alguns dados da tradição tardia, como a existência de colonos de Rodes no Ocidente, nunca foram confirmados, apesar da intensidade das pesquisas.

Trapezonda, sub-colónia de Mileto e colónia de Sinope, tem a mais antiga data de fundação segundo os textos (756 segundo Eusébio), mas nenhuma investigação arqueológica foi aí iniciada. De vez em quando, temos que saber calar-nos e ter a paciência de esperar pelos factos.

Em contrapartida, outros fenómenos começam a aparecer com nitidez. Primeiramente, o papel preponderante de Mileto e a ausência da Fócia. As duas cidades parecem ter uma mesma política na Propôntida (Mar de Marmara): Mileto funda Cízico, cidade aberta ao mesmo tempo à terra e às minas de ouro do interior e ao mar e à pesca, como demonstra a representação do atum nas suas moedas. Fócia, por sua vez funda Lampsaca. Todavia, surgem então divergências: Mileto continua a sua acção em direcção ao Mar Negro enquanto a Fócia dirige os seus esforços para Ocidente, como notara o próprio Heródoto (I, 163). Os contemporâneos tinham entendido esta partilha dos espaços.

Esta distribuição explica talvez um outro momento importante, o dos anos de 540, quando Mileto e Teos fundam colónias no contexto das emigrações face aos Persas. Mais uma vez tem-se a impressão de que, conforme as cidades, uns vão naturalmente para o Ocidente (Fócios, Efésios, Colofonenses) enquanto os Milésios e outros vão para a Trácia — habitantes de Teos vão fundar Abdera, segundo Heródoto (I, 168) — ou para o Ponto, mais particularmente para a zona do estreito de Kertch, com a fundação de Fanagória.

Este último ponto merece que nos detenhamos.

Permite observar que, num Mar Negro onde as instalações gregas são muito densas (conhecemos actualmente 107 sítios arcaicos no território de Ólbia), a primeira metade do século VI assistiu a uma grande concentração de estabelecimentos na zona do estreito de Kertch — o Bósforo cimério — entre o Mar Negro e o Mar de Azov, tanto na margem ocidental (Crimeia) como na margem fronteira. Alguns sítios estão hoje submersos. Há aí uma densidade superior à situação observada noutros lugares, mesmo na Itália do Sul e na Sicília. Esta região atraiu os navegadores do início do século VI: o Bósforo cimério era guardado de um lado por Panticapeia (a mais antiga) e por Mirméquion, Tirítica, Ninfeum, e em frente pelas cidades de Hermonassa, Quepoi, Patreus. Mileto tinha ainda outras fundações importantes na região, como Teodósia, na costa sul da Crimeia, e Tanaís, na ponta do Mar de Azov, na foz do Don.

Aqui como em toda a parte, são os estuários dos rios que atraem os fundadores. O ilhéu de Berezã e a cidade de Ólbia, em frente, estão próximos da foz do Bug (Hipanis) e do Dniepr (Borístenes) e Berezã deve identificar-se com o *emporion* milésio dos Borístenitas, de que fala Heródoto (IV, 17, 24 e 78). Os sítios de Tiras e de Nikonion foram localizados perto da foz do Dniestr (Tiras).

A cidade de Istros (Hítria, na Roménia) fica perto do Danúbio (Istros), numa paisagem deltaica extremamente cambiante da qual Políbio (IV, 41-42) deu uma longa e bela descrição «geomorfológica» que constitui a melhor introdução às actuais investigações paleo-ambientais. A cidade e o rio Istros deviam ser conhecidos dos Gregos desde pelo menos os meados do século VII, uma vez que desta época temos a menção de um artesão cujo nome, Istroklés, foi pintado no rebordo de um fragmento de cratera descoberto em Esmirna.

Resta saber se todos estes sítios eram cidades (*poleis*) ou se se tratava por vezes de bairros gregos em cidades indígenas, mais próximas do modelo do *emporion*. A questão coloca-se em especial para a Cólquida (Geórgia) onde, a par de três fundações conhecidas pela tradição e ocupadas nos meados do século VI (Fásis, Gíneos e Dioscúria), outros vestígios de ocupação grega estão atestados para o fim do século VI em sítios ainda difíceis de definir (Pichvnari, Namcheduri). Também aqui se impõe esperar. Fásis tinha o mesmo nome do rio que a banhava, enquanto, do outro lado, se encontrava um lago, próximo do mar, e Estrabão (XI, 2, 17) lhe chama «emporion dos Colquídas». Dioscúria era qualificada *emporion* comum (*koinon*) das povoações do interior (Estrabão, XI, 2, 16) numa região que foi vista durante muito tempo como um istmo entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. É porém difícil dizer se todas estas indicações de Estrabão, que viveu na época do imperador Augusto — na proximidade da era cristã — valem para a época arcaica.

Os Fócios contentaram-se portanto, ao que parece, em fundar a sua mais antiga colónia, Lampsaca (actual Lâpseki), na margem asiática do Helesponto, nos meados do século VII. A cidade tinha a reputação de ter excelentes vinhas uma vez que, diz-se, Xerxes, a atribuiu a Temístocles para fornecer vinho para a sua mesa (Estrabão, XIII, 1, 12). Teve, pouco antes do meio do século V, um grande historiador, Caronte de Lampsaca, que Heródoto talvez tenha utilizado, de que apenas temos fragmentos. Mas os títulos da sua obra têm para nós um grande interesse: escrevera quatro obras que dão um mapa das zonas importantes do mundo naquela época: *Hellenika*, *Persika*, *Libyka* e *Aithiopica*, bem como um périplo das regiões situadas para além do estreito de Gibraltar, tema adaptado a um historiador fócio (Mazzarino). Lampsaca tem também um comentador de Homero, Metródoro, o que não é para admirar dada a proximidade da cidade de Tróia, local onde se passa a *Iliada*. É sugestivo observar que há tradições literá-

rias tardias que situam a fundação de Lampsaca em 654, isto é, no mesmo ano da fundação, fenícia ou cartaginesa, de Ibiza, nas Baleares; e isto numa altura em que as duas cidades usavam o mesmo nome (Pitussa). É provável que, na época helenística, no âmbito de rivalidades entre meios marselheses e cartagineses, se tenha tido o cuidado de dar a mesma antiguidade à mais antiga fundação fócia e à mais antiga fundação cartaginesa (ou tida como tal).

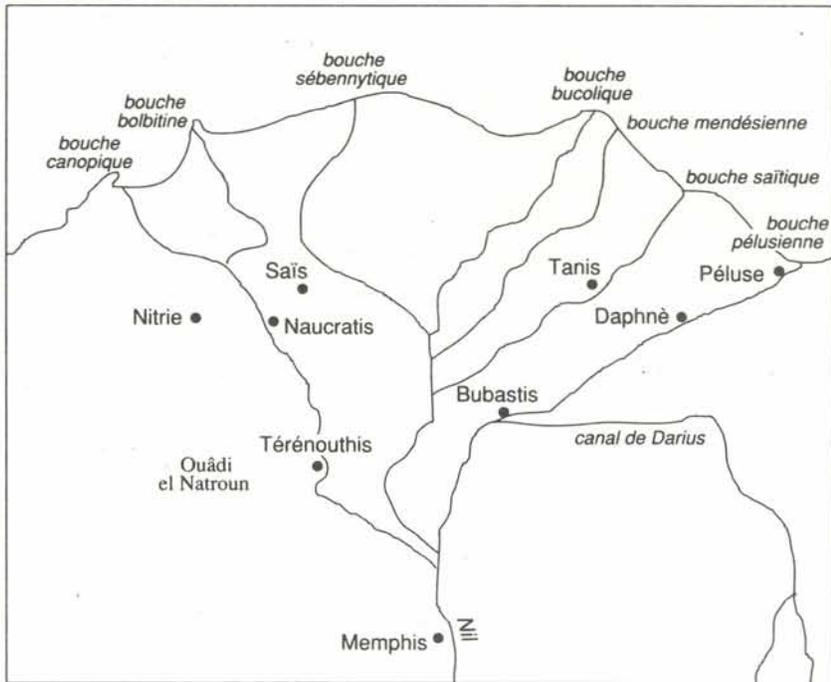
O delta do Nilo e Náucratis

Aproximarmo-nos do delta egípcio na época arcaica é inserir-nos na região geograficamente aberta ao Mediterrâneo mas que disso tira então particular proveito, depois de ter, nos meados do século VII (656), escapado ao jugo dos Assírios e antes de passar, no fim do século VI (525), para as mãos da Pérsia de Cambises. Entre estas duas fases orientais, o coração do arcaísmo é para o Delta e os seus faraós um período mediterrânico marcado pelos contactos com os Gregos e os Fenícios.

Todavia, a intensidade das relações com os parceiros é então fortemente condicionada pela política dos faraós: a 26ª dinastia egípcia faz de uma cidade do delta, Saís, a sua capital — é então que começa o «Renascimento saíta» que «elimina as chefaturas libanesas do Delta (Yoyotte) e «despolitiza» a cidade de Tânis — e manifesta duas vontades quanto ao Mediterrâneo: a necessidade de mercenários e a necessidade de controlar as trocas. Os faraós são, sucessivamente, Psamético I (664-609), Nechau II (609-594), Psamético II (594-588), Ápries (588-568), Amásis (568-526) e por fim Psamético III (526-525).

O delta egípcio dessa época é-nos dado a conhecer pelo périplo de Cílix e por Heródoto, que visitou o Egipto nos anos 450-430 e interrogou os sacerdotes egípcios sobre o passado do país; o seu livro II, inteiramente consagrado ao Egipto, é uma fonte documental inestimável, ainda que as informações nem sempre sejam exactas e fiáveis. Os textos de Diodoro e de Estrabão, embora tardios, dão porém descrições preciosas.

O Delta — «a parte do Egipto onde aportam os navios dos Gregos é uma terra de aluvião, uma dádiva do rio» (Heródoto, II, 5) — é avançado sobre o Mediterrâneo relativamente às regiões vizinhas (II, 12). Para os Jónios, o Egipto reduzia-se



O Delta do Nilo

ao Delta, o que Heródoto contesta (II, 16). Tem a forma de um triângulo e foi por isso que os Gregos lhe deram o nome da letra grega «delta» que, na sua transcrição maiúscula, é de forma triangular (Estrabão, XVII, 1, 4): um nome que hoje é usado para designar uma foz ramificada. O vértice do triângulo, bem aberto ao Mediterrâneo, encontra-se na região de Mênfis, perto da actual cidade do Cairo. O Nilo atingia então o mar por braços (*stomata*) que, de leste para oeste, recebiam os seguintes nomes (II, 17): pelusino, saítico, mandesino, bucólico, sebenítico, bolbitino e canópico. Havia com efeito três braços principais: o pelusino, a leste, com Pelusa e Dafne, o sebenítico, ao centro, o canópico, a oeste, com Náucratis; depois, dois secundários, o saítico e o mandesino; por fim, dois canais artificiais, o bucólico e o bolbitino. O ponto culminante do Delta, com cerca de 30 m de altitude, encontra-se na região da cidade egípcia de Tânis, perto da ramo saítico.

No fim do século VII, devia haver mercadores gregos a frequentar o Egipto, como o samosano Colaios (IV, 152), que tinha aí o seu destino habitual. Teriam

também desembarcado gentes de Mileto, com 30 barcos, por altura da foz bolbitina (que na época moderna se chama foz de Roseta) e edificado um fortim — o *Milesion teichos* — antes de irem contribuir para a edificação de Náucratis (Estrabão, XVII, 1, 18). Encontravam-se também no Egito mercenários gregos (ver capítulo 6).

É do fim do século VII que datam as mais antigas cerâmicas gregas, descobertas no século passado no sítio de Náucratis, cuja história é demoradamente contada por Heródoto (II; 178) e que é o sítio modelar para descrever a organização de um *emporion*. Todavia, o relato de Heródoto alude a uma racionalização dos contactos entre Gregos e Egípcios desejada pelo faraó Amásis, cuja reputação helenófila não oferece dúvidas. Desposara uma princesa grega de Cirena, à qual estava muito ligado, a despeito dos dissabores passageiros (II, 181), e estabelecera com Cirena uma relação de amizade e um pacto de aliança, o que o levaria talvez a favorecer o braço mais ocidental do Nilo, onde se encontrava Náucratis, portanto o mais fácil de atingir para quem viesse de Cirena, cidade para onde enviou uma estátua de Atena revestida a ouro e uma pintura com o seu retrato (II, 182).

A partir de Amásis, todos os contactos deviam passar por Náucratis, o que, aliás, deve ter tido consequências negativas: a vigilância egípcia do Delta para fazer respeitar o monopólio de Náucratis era um facto:

«O negociante que entrasse por outro braço do Nilo tinha que jurar que não o fizera expressamente e, confirmada a sua boa fé pelo juramento, içar de novo a vela para se fazer ao braço canópico; se os ventos contrários disso o impedissem, teria que transferir a sua carga (o *phortion*) para barcaças (a *baris* egípcia) que a levariam a Náucratis dando a volta ao Delta.» (II, 179)

É notável verificar que temos aqui a transcrição por Heródoto de um regulamento escrito semelhante a esse outro, alguns decénios posterior, que Políbio lerá mais tarde em Roma e que organizava as relações entre Roma e Cartago.

«Se um navio for sem querer arrastado para além deste cabo, é proibido a tripulação comprar ou vender alguma coisa a não ser o necessário para pôr o dito navio em estado de se fazer de novo ao mar.» (Políbio, III, 22)

As medidas tomadas incidiram sobretudo na instalação e organização dos cultos gregos (Heródoto, II, 178). Um grande santuário chamado Helénion foi fundado em comum por nove cidades gregas da Grécia da Ásia: quatro cidades jónias (Quios, Teos, Fócia, Clazómenas), quatro cidades dórias (Rodes, Cnido, Halicarnasso, Fasélis) mais a cidade eólia de Mitilene de Lesbos. Havia três diferentes santuários para os Eginetas (Zeus), os Samosanos (Hera) e os Milésios (Apolo). As escavações, aliás, revelaram um santuário de Afrodite ligado talvez a Quios, dada a abundância de cerâmica quiota; sabe-se que durante muito tempo se pensou que esta cerâmica tão frequente era de produção local.

O outro sítio importante na nossa perspectiva é Dafne (Tel Defenneh), na parte oriental do Delta, que data da segunda metade do século VII. É sede de uma guaranição, segundo Heródoto (II, 30). Para Flinders Petrie, que realizou escavações no sítio no final do século XIX, tratava-se de «acampamentos» (*stratopeda*) onde Psamético I teria instalado provisoriamente os gregos no braço pelusino antes de os levar para Mênfis. Heródoto diz porém que, no seu tempo, ainda se viam as máquinas para puxar os seus navios (*olkoî*) e as ruínas das suas habitações (II, 154). Mas a identificação proposta não foi atestada. Por outro lado, havia na própria Mênfis um campo (*stratopedon*) dos Fenícios da cidade de Tiro (II, 112).

Entre Gregos e Egípcios terão tido lugar casamentos mistos, a ajuizar pelas indicações que possuímos via Aristágoras de Mileto (Jacoby 608 F9) sobre os nomes de alguns metecos, filhos de egípcios de Mênfis e de cariotas do sul da Grécia asiática (os *Karomemphitai*), ou filhos de menfitas e de gregos em geral (os *Hellenomemphitai*). Artesãos gregos (quiotas?) aí se instalaram. Na época de Amásis, o irmão da poetisa Safo de Mitilene, um certo Charaxos, mercador de vinho de sua profissão, viveu no Egipto e apaixonou-se por uma célebre cortesã de origem trácia, de seu nome Rhodopis, ligada a um proxeneta samosano chamado Xanthes que a libertou «por uma grande soma» (Heródoto, II, 135; Ateneu, XIII, 596; Estrabão, XVII, 1, 33).

Esparta, Creta, Cirena

Esparta (ou Lacedemónia), no meio da Lacónia, fica relativamente afastada do Mediterrâneo (45 km), ao qual está ligada pelo vale do Eurotas, cuja foz se situa próximo do porto de Giteion, em frente a Citera, no meio do golfo limitado

a leste pelo cabo Maleia e a oeste pelo cabo Ténare.

Eis como os Coríntios viam os Espartanos, seus aliados, no início da guerra do Peloponeso, no século V:

«Os Atenienses partem de boa vontade para países estrangeiros enquanto vós quereis acima de tudo ficar na vossa terra. Eles contam, quando partem, aumentar as suas possessões. Vós, temeis comprometer-vos nessas expedições e até os bens que já adquiristes» (Tucídides, I, 70)

E eis como estes mesmos Coríntios tentavam arrastar os seus aliados pelo-pónesios, espartanos em particular, para a guerra contra Atenas:

«Para aqueles que se estabeleceram mais para o interior das terras, afastados das vias comerciais, eis aqui o que devem saber: se recusarem o seu auxílio às cidades marítimas ser-lhes-á mais difícil exportar os produtos das suas colheitas e, em troca, importar as mercadorias que o continente recebe do mar.» (Tucídides, I, 120)

A política de Esparta no arcaísmo traduziu-se sobretudo por uma expansão territorial no Peloponeso. A sua marinha era fornecida pelas cidades da costa lacónia, onde habitavam populações relativamente autónomas mas dependentes de Esparta para a política externa, os Periecos. Esparta fundou poucas colónias na época arcaica, como Cnido, na Grécia de leste, ou Tarento, no sul de Itália, cidades ligadas por relações de amizade (Heródoto, I, 174). A fundação de Tarento teve lugar no fim do século VIII, no contexto da expulsão dos bastardos espartanos nascidos aquando da guerra entre os de Esparta e os seus vizinhos de Messina, segundo o relato mais arcaico (o de Antíoco de Siracusa) referido por Estrabão (VI, 3, 2).

Todavia, o arqueólogo surpreende-se ao encontrar uma cerâmica lacónia de qualidade, difundida no Mediterrâneo sobretudo no século VI, principalmente na Cirenaica, na Sicília, na Etrúria e em Samos. São essencialmente crateras envernizadas a negro, taças com figuras negras, aríbalos para perfume mas também ânforas comerciais com uma capacidade de cerca de 60 litros. Em suma, todos os indícios de uma actividade económica. Por outro lado, há vasos lacónios nos destroços e depósitos submarinos arcaicos (destroço da ilha de Giglio, perto da Etrúria, depósito de Torre Santa Sabina, perto de Brindisi, no Adriático) misturados com louças de outras proveniências. É certo que a quantidade de vasos

identificados não se compara à de vasos coríntios ou mesmo áticos: por exemplo, localizou-se um conjunto de crateras que por pouco ultrapassa o milhar de peças. Todavia, isto mostra que havia mercadores a circular no Mediterrâneo que frequentavam os portos da Lacónia. Provavelmente, algumas das oficinas que fabricavam essas cerâmicas não ficavam longe das costas lacónias; deviam ser de dimensões muito modestas.

Na verdade, este fenómeno integra-se num movimento geral que assiste ao desenvolvimento do artesanato lacónio a partir do fim do século VII e início do século VI (marfins, estatuetas e vasos de bronze). Enquanto certas séries são com toda a evidência produzidas sobretudo para a clientela local e as necessidades do culto (como as estatuetas), outras, como as hídrias (vasos para água) de bronze encontram-se maioritariamente fora dos mares, na Grande Grécia, sobretudo, mas não forçosamente onde há cerâmicas. O mesmo é dizer que há fenómenos paralelos que não entram num contexto económico estruturado. Enfim, houve provavelmente mobilidade de certos artesãos lacónios e talvez até transferência de oficinas para o Ocidente.

As relações entre Esparta e Samos fornecem uma explicação possível. Heródoto (III, 55, por exemplo) expõe toda uma série de narrativas que demonstram os estreitos laços de amizade (*philia*) entre aristocratas de Samos e Esparta (Cartledge). Não se passa automaticamente destas relações pessoais para relações comerciais mas, no caso da Lacónia, estamos perante vínculos humanos que levam os Samosanos a comercializar produtos lacónios de qualidade e não de série. Provavelmente, terão sido sobretudo os mercadores samosanos que veicularam as cerâmicas lacónias para os litorais mediterrânicos, mas não é de excluir a intervenção de outros intermediários.

Por volta de 510, no fim do século VI, um ambicioso e brilhante príncipe de Esparta, Dorieus, filho mais novo da família real, fez várias tentativas vãs de colonização, primeiro na Líbia:

«Pedi ao povo que lhe desse companheiros e partiu para fundar uma colónia, sem consultar o oráculo de Delfos para saber em que terra a fundar e sem respeitar as regras habituais em casos semelhantes.» (Heródoto, V, 42)

Após este fracasso, consultou o oráculo para fazer uma segunda tentativa na

ponta ocidental da Sicília, mas foi vencido pelos Fenícios e pelos habitantes da cidade de Segeste, e morreu.

A tentativa de Dorieus na Líbia não se deveu porém ao acaso. As ligações de Esparta com antigas famílias da ilha de Thera (Santorin, nas Cíclades), cujos descendentes se haviam instalado em Cirena (Líbia) eram fortes. O rei de Cirena Arcesilau IV, vencedor dos jogos píticos em Delfos, em 462, exaltava na ode de Píndaro (*Píticas*, V, 72 ss.) as suas origens espartanas e a sua «glória vinda de Esparta».

Heródoto narra demoradamente, no seu livro IV, os acontecimentos que levaram, pouco depois dos meados do século VII, os habitantes de Thera a consultar o oráculo de Delfos, depois os Cretenses, antes de se arrisarem na direcção da costa africana (actual Cirenaica, na Líbia), onde começaram por desembarcar — e permanecer dois anos — na pequena ilha de Plateia, antes de se estabelecerem no continente, primeiro num lugar chamado Aziris (durante seis anos), depois no lugar de Cirena, a alguns quilómetros da costa e a 600 m de altitude. Conservou-se, com toda a evidência, e não apenas pela tradição oral, a memória destas peripécias, tanto em Thera como em Cirena. Uma versão conservada nas crónicas locais deve ter sido relativamente codificada, uma vez que uma inscrição numa estela de mármore do século IV (a «estela dos fundadores»), descoberta em Cirena, fornece um relato assaz próximo do de Heródoto.

Creta tinha uma geografia e uma história ligadas ao mar. A lenda de Minos, rei mítico, impende com todo o seu peso sobre a história cretense, mas também sobre a história grega em geral:

«Minos foi o primeiro, que saibamos, a possuir uma frota. Estendeu o seu domínio sobre a maior parte do mar que hoje chamamos helénico e reinou nas Cíclades (...) E para melhor assegurar a entrada de rendimentos, fez naturalmente tudo o que pôde para desembaraçar o mar de piratas.» (Tucídides, I, 4)

No século V, a época em que Tucídides escreve, o imperialismo ateniense tinha a ambição de fazer reviver esta era mítica. Creta foi para Atenas um modelo e Teseu, o primeiro herói de Atenas, que, segundo certas tradições, passava por ser filho do deus do mar Poseídon, viajara para Creta, tinha-se deixado encerrar no labirinto, esse circuito desordenado e irracional, nos antípodas das regras de urbanismo da cidade, e matara o Minotauro, ser híbrido e monstruoso.

Creta, a «ilha das cem cidades» de Homero, foi, ao longo dos séculos arcaicos, um ponto de escala, primeiro entre o Oriente e o Ocidente, depois entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo.

Com efeito, durante o período orientalizante, Creta continuou de certo modo a exercer a sua função secular, que assumia desde a época micénica e através dos séculos ditos «obscuros»: a de uma ilha que contribuía para ligar as duas bacias do Mediterrâneo. Os Fenícios serviram-se dela para escala no fim do século IX e no século VIII, como demonstra o sítio de Kommos, na costa sul. Foram numerosos os contributos estilísticos que lhe chegaram do Oriente, como demonstram os escudos de bronze com decorações orientalizantes descobertos nas encostas do monte Ida. Uma das últimas manifestações arcaicas deste papel «transversal» da ilha é visível, no início do século VII, quando os Cretenses se misturam com os Ródios para fundar a colónia grega de Gela, na costa sul da Sicília.

Depois da fundação de Cirena, tudo muda. O fundador de Cirena, Battos, era apresentado como filho de um terano e de uma concubina cretense. E muitos cireneses eram de origem cretense (Heródoto, IV, 151). Por outro lado, foi um pescador de moluscos de púrpura da cidade cretense de Itanos, um tal Corobios quem, a troco de um salário, guiou os Teranos até à costa africana (Heródoto, IV, 151).

O mesmo é dizer que Creta assume aqui uma função mediadora essencial entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo. Fronteira à terra dos Lacedemónios, com Esparta e a Lacónia à vista através do seu porto de Cidónia (Canea) na costa norte da ilha (Cílax, 47), marca com todo o seu peso histórico e cultural o início da Cirenaica grega e da única cidade grega arcaica em terra africana.

O Mar Adriático

O Adriático começou por ser para os Gregos o mar que dava acesso às minas de prata da Ilíria meridional, que atraíam os Coríntios, e falou-se da pressão coríntia sobre Córcira (Corfu) e das fundações coloniais ligadas a este interesse coríntio: Epídamne e Apolónia (Albânia).

Em segundo lugar, o Adriático foi uma via para atravessar, ao nível do ho-

dierno canal de Otranto, até às costas de Salento, a sul de Brindisi. O Salento foi não apenas uma passagem em direcção à Itália do Sul e à Sicília como um terreno de encontros e de contactos com as populações indígenas locais.

Todavia, nada havia aí da vida normal das trocas ao longo das costas mediterrânicas. A partir do século VI, os Fócios (segundo Heródoto), os Eginetas e os Atenienses vão lançar as suas vistas mais longe, para o delta do Pó e para o acesso à rica planície padana. Entretanto, não há gregos nesta região vazia. Aí se desenvolvem durante vários séculos sólidas culturas indígenas. A planície do Pó e as suas cercanias, marcadas pela cultura vilanovense, depois etrusca, viria a tornar-se um lugar de contactos. Os indígenas, a partir do fim do II milénio, eram atraídos por uma região aonde chegavam certos produtos do Norte da Europa celta, como o âmbar.

O ÂMBAR

O âmbar amarelo (em Grego *electron*) tem hoje um nome que é de origem medieval e árabe. Esta resina vegetal fossilizada provém sobretudo do litoral do Mar Báltico, do mundo dos Hiperbóreos. É portanto um produto do «extremo do mundo» (Heródoto, III, 115). É conhecido de Homero (Odisseia) e de Hesíodo. Chega ao Mediterrâneo, a partir do II milénio, sobretudo pelo Mar Adriático mas também, provavelmente, pelo Saône e pelo Ródano, bem como pelos vales dos rios que desaguam no Mar Negro. Devia também seguir certos itinerários, pelo santuário oracular de Zeus em Dódona (Epiro) e pela Eubeia até Delos, como oferendas hiperbóreas (Heródoto, IV. 33-34). As ilhas da ponta do Adriático eram as «ilhas ambarinas»: as Eléctridas (Cílix, 21; Ps. Aristóteles, *Das maravilhas ouvidas*, 81).

O âmbar encontra-se nos túmulos dos príncipes das aristocracias gregas, etruscas e indígenas, no Mediterrâneo e no mundo celta da Europa, guarnecendo por vezes os arcos de certas fíbulas, por vezes em pingentes esculpidos por artesãos e artistas. Há também colares de pérolas de âmbar.

O âmbar está hoje «na moda» na medida em que a biologia molecular tem a ambição de isolar as moléculas de ADN pertencentes a pequenos organismos vivos conservados em bocados de âmbar e que datam talvez de há muitos milhões de anos.

Não longe das costas, desenvolveram-se sítios, como Frattesina, no delta do Pó, na época do contacto com o mundo micénico, ou como Verucchio, a algumas dezenas de quilómetros da actual Rimini, a partir do século IX, com a sua necrópole do século VII que nos deu soberbos escudos de bronze, um grande trono de madeira, em suma, uma civilização que não deixa de fazer lembrar as belas realizações da Etrúria orientalizante.

No século VI, é o mundo do *emporion* que surge, aqui e noutros lugares, com o sítio de Ádria, a mais de 10 km para o interior do delta do Pó, onde os Eginetas, e outros, estão presentes desde o segundo quartel do século VI. Não longe daí, na parte meridional do delta, Spina foi «cidade grega», segundo Cílix (17) e Estrabão (VI, 1, 7). Spina construiu um *thesaurus* («tesouro», abrigo para oferendas) em Delfos. A partir do fim do século VI, a cerâmica ática está largamente presente nos 4 000 túmulos de Spina que conhecemos.

Finalmente, a sul de Ancona, no Picino, o santuário de Cypra Maritima foi comparado a Pirgo. Foi, no fim do século VI, em 524, uma etapa na «longa marcha» (Colonna) dos Etruscos da planície do Pó e dos outros bárbaros do Adriático em direcção à cidade grega de Cumes, a despeito da ausência de alusões no relato de Dinis de Halicarnasso (VII, 3, 1).

Cartago, entre Oriente e Ocidente

Cartago (Tunísia), aninhada na abertura de um grande golfo guardado pelo Cabo Bom, a leste, e pelo Cabo Farina, a oeste, tem uma posição ao mesmo tempo central e marginal. Central, pois está no ponto mais estreito do areal desenhado pelo Mediterrâneo. E no entanto, por isso mesmo é marginal, pois não faz inteiramente parte nem da bacia oriental, nem da bacia ocidental. É outra coisa, é porta para territórios africanos e grandes espaços desérticos a sul, situada numa «rota» que vai de Tiro, a pátria-mãe, até ao estreito de Gibraltar, a Gades e a Lixus, as mais antigas fundações fenícias.

Cartago foi fundada no fim do século IX, em 814 segundo tradições complexas e confusas que a pesquisa arqueológica hoje vai sucessivamente confirmando. Situa-se — e não é por acaso — alguns quilómetros a sul da terceira das «velhas» fundações fenícias, Utique, então situada na foz do maior rio da região, o

Medjerda, cujo porto, assoreado pelos aluviões do rio, se encontra hoje a mais de 10 km do mar.

O seu habitat arcaico localizava-se no litoral, ao pé da colina de Birsa, as suas necrópoles eram nas colinas, a concreção para os ritos fúnebres reservados às crianças encontrava-se perto do mar, mas numa posição marginal. O porto arcaico ainda não foi localizado com precisão, ao contrário de portos mais recentes.

Cartago teve um desenvolvimento rápido. Desde a época arcaica que foi um parceiro mediterrânico no pleno sentido do termo. O diálogo começou primeiro pelo mundo colonial grego da Sicília, muito próximo, e com o estabelecimento fenício de Motié, que constitui uma escala importante entre Cartago e a Sardenha. No fim do século VIII, há contactos estreitos com os meios eubeus de Pitecussai. Eubeus vivem em Cartago, Cartagineses fazem provavelmente o mesmo em Pitecussai (Ischia) e em Sulcis, a sul da Sardenha. No fim do século foram atestadas ânforas de vinho de forma semelhante em Cartago e Pitecussai.

Este fenómeno amplia-se durante todo o século VII. Existem vínculos com a ilha de Malta onde vivem fenícios. O desenvolvimento do mundo fenício de Espanha não deixa Cartago indiferente, embora as tradições sobre a fundação de Ibiza, em 654, resultem talvez de uma manipulação tardia, que alinha esta espécie de fundação cartaginesa pela data da primeira fundação fócica de Lampsaca. Esta questão é ainda incerta, mas o desenvolvimento arcaico de Ibiza, face à Andaluzia fenícia, está confirmado pela arqueologia.

No século VI, através das suas intervenções na Sicília, depois na Sardenha, Cartago mostra um desejo forte de avanço para o norte, a seguirmos o relato de Justino, segundo o historiador Trogo Pompeio. Parece que esta progressão se estabiliza nos anos de 540, por altura da batalha de Alalia, em que Cartago, aliada dos Etruscos, é vencida. Fica acantonada na Sardenha, onde reconquista os velhos estabelecimentos fenícios da ilha.

No fim do século VI, as inscrições de Pirgo mostram uma presença estável de Fenícios, talvez cartagineses, neste *emporion*. Nos mesmos anos, o primeiro tratado entre Roma e Cartago (509) oficializa uma distribuição das zonas de influência. A Córsega é então marcada pela presença etrusca em Nicaia, sítio antigo da Alalia fócica, ao passo que Cartago detém a Sardenha e a ponta ocidental da Sicília, onde falhara a tentativa de colonização grega do espartano Dorieus.



Itália do Sul e Sicília

Itália do Sul e Sicília

Se pusermos de parte o avanço inicial dos gregos da Eubeia que se instalaram na ilha de Ischia, depois em frente, em Cumes, na costa campânia, todas as grandes colónias gregas do século VIII foram fundadas nos litorais situados a sul do estreito de Messina. Vimos a importância do altar de Apolo arcaegeta, na costa siciliana perto de Naxos.

Para o navegador que, vindo da bacia oriental do Mediterrâneo, dobrara o Cabo Maleia e atravessara o canal de Otranto depois de ter passado ao largo de Ítaca, pátria de Ulisses nos poemas homéricos, o primeiro contacto com as costas italianas fazia-se ao nível de Salento, o «tacão» da bota italiana, e mais particularmente do seu cabo mais meridional, o de Leuca (a «branca»), onde foram descobertos dispositivos de culto arcaicos ligados à navegação. Mais adiante, começava o desfile das grandes colónias, primeiro as da Itália do Sul (Tarento, Metaponte, Siris, Síbaris, Crotona e Locres, nomeadamente), depois, se optarmos

por não atravessar o estreito guardado por Reghion e Zancle, as da Sicília oriental (Naxos, Catânia, Mégara Hiblea, Siracusa). Enfim, subia-se de novo para oeste a costa meridional da Sicília e a viagem ia terminar com Camarina, Gela, Agrigento e Selinonte, antes de atingir a feitoria fenícia de Motié, num ilhéu, ponto derradeiro antes da travessia para Cartago, a sul, Sardenha e depois para Espanha, a oeste. Raros eram os grandes sítios gregos que não se viam da costa, com excepção de Leontinoi, calcídica, situada a 20 estádios do mar (Cílix, 13), isto é, 3,5 km, nas férteis planícies de trigo da Sicília oriental, a sul de Catânia, planícies que foram mais tarde um dos mais ricos «celeiros» de Roma para o seu abastecimento. Este percurso não permite porém discernir os ritmos cronológicos destas fundações, nem a origem dos colonos. Estamos bem informados pelos autores antigos, nomeadamente por Tucídides, sobre a proveniência dos colonos e o nome do fundador (*oikistés*).

É a zona central, a do estreito que abre para o Mar Tirreno (um «mar do Norte» para os Gregos) que regista as fundações mais antigas, obra dos calcídicos da ilha de Eubeia: Naxos, Zancle (Messina), Leontinoi, Catânia, Rhegion. Nos anos centrais do século VIII (750-730), assim se instala o sistema calcídico.

Desenvolvem-se outras tentativas, dispersas: Coríntios (vindos sobretudo do burgo de Tenea) instalam-se no ilhéu de Ortígia, em Siracusa; Megáricos aceitam finalmente a proposta do rei indígena local, Híblon, e fundam Mégara Hiblea; na Itália meridional, gregos da Aqueia (a parte norte do Peloponeso, próxima do golfo de Corinto) instalam-se em Síbaris e em Crotona, depois Espartanos em Tarento. Tudo isto na segunda metade do século VIII.

O século VII assiste ao mesmo tempo à continuação das fundações e ao início de agregados que se constituem a partir das primeiras colónias. Na Sicília, colonos de Rodes e de Creta fundam Gela, nas costa sul. No sul de Itália, Locres (cidade situada a norte do Golfo de Corinto) funda uma colónia com o mesmo nome: Locres, com o qualificativo Epizefirina (perto do Cabo Zefíron). Pouco depois, gregos da costa jónia e da cidade de Cólofon fundam Síris, uma cidade cuja história arcaica é ainda muito obscura e cuja organização a arqueologia ainda não permitiu conhecer.

Multiplicam-se os agregados. Pelos meados do século VII, os gregos de Mégara Hiblea fundam Selinonte, na costa sul, perto de Motié. Paralelamente, os calcídeos de Zancle partem para a costa norte da ilha, para Milai (fronteira às

ilhas eólias e a Lipari), depois para Himera, em contacto com o meio fenício de Panormos (Palermo). Os Siracusanos controlam todo o ângulo sueste da Sicília pelas fundações de Eloro, a partir do fim do século VIII na costa sul, depois no interior de Casmenai (Monte Casale), de Acrai (Palazzolo Acreide). Depois, para marcar a fronteira com Gela, fundam Camarina, ainda na costa sul, no limiar do século VI. Gela volta-se então para o outro lado, para oeste, e funda Agrigento.

Na mesma altura, nos anos de 580, um grupo de cnideus que procuravam realizar uma fundação colonial foram envolvidos num conflito local entre a colónia de Selinonte e a cidade indígena de Segesta que provocou a morte do seu chefe, Pentatlos (Diodoro, V, 9). Os sobreviventes foram então fundar uma colónia na ilha de Lipari, no norte da Sicília.

Na Itália meridional, dá-se o mesmo fenómeno: Síbaris funda Metaponte no início do século VII, depois Poseidónia na planície de Salerno, a sul do Golfo de Nápoles: inicia-se assim o controlo de uma parte considerável da Grande Grécia, que só terminará após a sua destruição pela vizinha Crótone, em 510. Crótone tinha também «marcado» o seu território em direcção a Locres, fundando, na primeira metade do século VII, a cidade de Caulónia. Quanto a Locres, instala, na segunda metade do século VII, pontos de apoio do outro lado das montanhas calabresas, na vertente tirrena: e são instalações em Metauris (Gioia Tauro), antiga escala calcideia a norte de Rhegion, depois em Medma (Rosarno) e em Hipónion (Vibo Valentia).

Assim se estabelecem mais de vinte cidades gregas nas margens do Mediterrâneo. É a maior concentração de cidades coloniais gregas, a somar à do Mar Negro. As cidades assentam em terrenos variados, mas o que mais impressiona é, muitas vezes, a ausência de uma acrópole verdadeiramente marcada no plano topográfico. Na verdade, não se trata de cidades instaladas com objectivos de defesa; não obstante, construíram bem depressa fortificações para se protegerem.

Todavia, o essencial não está aqui. São cidades entre planície (*pedion*) e mar e os seus dois atributos essenciais (além das estruturas cívicas, políticas e religiosas comuns a todas as cidades gregas) são o seu território (*chora*) e o seu porto (*epineion*).

Estas cidades foram feitas para serem vistas do mar e o porto é um dos núcleos da cidade, quase sempre na foz de um rio ou aproveitando uma particularidade topográfica: por exemplo, os portos de Siracusa, entre a ilha e o continen-

te. A cidade de Zancle tinha um nome que recordava o nome indígena, sículo, a foice (Tucídides, VI, 4) por causa da forma do seu porto, muito aberto. Há ainda muito a fazer para chegarmos a um conhecimento arqueológico satisfatório dos portos destas colónias. O único que ficou verdadeiramente inscrito na paisagem é o porto fenício (*cothon*) de Motié, que era efectivamente o porto militar. Durante séculos, os homens utilizaram-no para o sal como reservatório de peixe, pensando que se tratasse de uma construção árabe. Tem uma forma rectangular de 51m 31, 50m e data do fim do século VI a. C.. É hoje a mais antiga estrutura deste tipo conservada: os dados de Quítion, em Chipre, são do século IV e os de Cartago são ainda mais recentes.

Os rios tiveram um papel importante no nascimento e desenvolvimento destas cidades. Pensemos no Cratis e no Anapos, que fertilizavam respectivamente as planícies de Síbaris e de Siracusa; pensemos no Térias, cujo vale permite a Leontinoi comunicar com o mar.

Outras instalações marítimas são de assinalar, como o dique, com a largura de 12,50 m, que ligava a porta norte de Motié à terra firme, numa extensão de 1 700 m. Data do século VI, época em que uma necrópole começou a ser instalada no continente (em Birgo). Está hoje abaixo do nível do mar. A fonte Are-tusa, em Siracusa, tinha uma lenda datada mais ou menos do século V (Píndaro) que a dizia ligada, através do mar, ao Alfeu, o rio de Olímpia, na Grécia (Estrabão, VI, 2, 4). Era apenas, na realidade, um meio de mostrar a proximidade «mental» entre Siracusa e o grande santuário de Olímpia.

O Mar Tirreno

O Mar Tirreno tem uma porta de entrada — o estreito de Messina — e a sua extensão cobre um vasto espaço triangular, entre a Itália continental a leste, a Sardenha e a Córsega a oeste, a Sicília a sul. Na ponta norte do triângulo, o arquipelago toscano, disseminado em redor da ilha de Elba, deixa uma passagem para norte da bacia ocidental do Mediterrâneo. Entre a Córsega e a Sardenha, o actual estreito de Bonifácio desempenhou um papel difícil de definir com precisão antes da época romana.

Este espaço tirreno, para quem nele penetra pelo estreito de Messina, começa

por ser um «mar estrangeiro» (Vallet) com extensas costas relativamente «vazias»: entendo por tal litorais onde as estruturas urbanas não são numerosas, ao contrário da Sicília oriental e dos litorais de Itália sobre o mar Jónio. Com efeito, nas praias calabresas, como na costa setentrional da Sicília e nas costas orientais da Sardenha e da Córsega, há muito poucas povoações gregas ou cidades fenícias importantes. O Mar Tirreno é uma peça central no dispositivo de navegação arcaica ocidental, mas muitas vezes as grandes cidades que controlam estas trocas e que têm peso político (como Cartago, Síbaris, Siracusa ou as cidades fenícias da Sardenha) estão fora deste mar, com excepção das cidades etruscas e de Roma, cuja emergência — ou até intrusão — na vida mediterrânica é um fenómeno essencial para a compreensão da história do Mar Tirreno arcaico.

A cronologia acrescenta um elemento suplementar de reflexão. À parte Pitecussai e Cumes, nas margens do actual golfo de Nápoles, não há no Mar Tirreno qualquer fundação grega do século VIII. No século VII, as únicas fundações são as de Poseidónia (a futura Paestum) e Himera. As outras cidades gregas deste mar são tardias, do século VI, como Lipari e as instalações dos Fócios em Gravisa, do princípio do século, depois em Alalia, na costa oriental corsa, enfim em Eleia, a futura Vélia, a sul de Poseidónia, por volta de 540.

Do lado fenício, somente temos a notar a existência de Motié, já no fim do século VIII, e o princípio cronologicamente incerto de Panormos (Palermo) e de Solunto, igualmente citadas por Tucídides:

«Vieram Fenícios igualmente estabelecer-se nas costas da Sicília. Tomaram posse de certo número de promontórios e de ilhéus situados nas imediações para comerciarem com os Sículos. Mas quando os gregos começaram a desembarcar na ilha em grande número, eles evacuaram a maior parte dos seus estabelecimentos e reagruparam-se em Motié, Soloeis (Solunto) e Panormos, próximo dos Élimos, com cuja aliança podiam contar. Por outro lado, é daí que a travessia de Cartago para a Sicília é mais curta.» (VI, 2)

É grande actualmente o nosso embaraço para explicar uma destas frases de Tucídides que dá a entender que teria havido ocupação de todas as costas sicilianas, num primeiro tempo, pelos Fenícios: nada na pesquisa arqueológica presta testemunho de uma situação assim.

Para além do caso da Sicília, foi toda a bacia tirrena que viu multiplicarem-se contactos culturais e comerciais entre as populações locais (indígenas) e os emigrantes, quer se trate de gregos, quer de fenícios.

As populações indígenas — Sículos no leste da Sicília, Sicanos do centro da ilha, Élimos do oeste siciliano, Sardos, Corsos, Etruscos, Latinos e populações itálicas da Itália central, Lucanos e Enotras da Itália meridional — caracterizam-se por um grau de organização social já muito elaborado. Seria errado pensar, como outrora, que foram os Gregos, ou os Fenícios, que «civilizaram» estas populações cuja história teria começado finalmente com Pitecussai. Seria colar vários séculos de história que as investigações proto-históricas nos vão progressivamente permitindo conhecer melhor. E os relatos gregos mostram a disponibilidade ou o papel activo de certos meios indígenas aquando da instalação dos Gregos — como o acolhimento dos Megáricos na Sicília pelo rei Híblon — prestam esclarecimentos sobre o papel motor de algumas dessas comunidades. O mesmo se poderia dizer dos Sardos, com um passado multissecular, e da sua civilização nurágica — do nome das Nuragues, as grandes «torres» que constituíam o elemento estruturante destas sociedades pastoris. É também o que se passa com os Etruscos da Toscana que conheceram, muito antes da chegada dos primeiros colonos gregos, processos de «coagulação» urbana e de organização dos territórios e das sociedades. Tal não impediu, porém, que a colonização grega e o comércio fenício estimulassem ou acelerassem certos processos de mutação.

Os emigrantes gregos instalam-se primeiro nas margens do actual golfo de Nápoles: a meio caminho, como vimos, entre o ambiente colonial grego propriamente dito (o dos litorais a sul do estreito de Messina) e as riquezas da Etrúria em metais, particularmente em ferro. A ideia não é falsa em si, mas evitemos um determinismo geográfico em grande escala. É provável que as qualidades agrícolas da região da Campânia, que um dia virá a ser a de Nápoles, com as suas terras vulcânicas, tenha tido aí grande importância e a riqueza do território de Cumes, primeira colónia grega (no sentido estrito do termo grego *apoikia*) era célebre.

Pitecussai

Detenhamo-nos por momentos na instalação de Pitecussai. Nenhum texto antigo diz que Pitecussai era uma «colónia». Este habitat, situado nas encostas do

monte Vico, no ângulo nordeste da ilha de Ischia, perto da actual vila de Lacco Ameno, parece não apresentar os princípios da organização urbana, racionais, que encontramos nas colónias gregas seguintes.

Pitecussai ocupa um lugar excepcional nos nossos conhecimentos dos primórdios do Mediterrâneo arcaico, na medida em que a pesquisa arqueológica permitiu o estudo aprofundado da necrópole do século VIII: só para este período conhecem-se 493 túmulos. É o estudo dos túmulos, do seu mobiliário, dos ritos utilizados em função das classes etárias e do sexo dos defuntos que permite trazer a lume a existência de famílias mistas entre os gregos e os orientais (Buchner, Ridgway).

A documentação de Pitecussai permitiu sublinhar o carácter «aberto» do estabelecimento, com a coabitação entre gregos e orientais. Tal situação não era forçosamente excepcional nesta época, mas raramente temos uma tal riqueza de dados tão bem explorados. Numerosos indícios arqueológicos provenientes do habitat — especialmente inscrições em vasos e ânforas — confirmam que, desde o início, se tratava de um sítio onde vivem e trabalham mercadores arameus (do norte da Fenícia) a par dos gregos vindos sobretudo da ilha de Eubeia.

Quanto à sua paisagem urbana, assemelha-se provavelmente à das velhas cidades da Grécia ou do Oriente antes de terem sido elaborados os princípios do urbanismo. Por definição, Pitecussai não podia aproveitar com os ensinamentos da colonização grega, que precedeu no tempo, ou melhor, que de certa maneira inaugura. É ainda uma pequena povoação tradicional, transplantada para o mundo do Ocidente.

As cidades etruscas e Roma

Roma foi fundada, segundo a tradição, nos meados do século VIII, em 753. É portanto uma cidade arcaica que emerge entre as comunidades indígenas do Lácio no momento em que os Gregos chegam ao Ocidente. Ao longo de dois séculos, vai consolidar a sua organização social e estruturar o seu território urbano, nomeadamente no século VI, com os reis provenientes de famílias gregas emigradas para a Etrúria. Tarquínio, o Velho, no início deste mesmo século, é filho do mercador coríntio Demarate que se instalara na cidade etrusca de Tarquínia após a instauração da tirania em Corinto, pelos meados de século VII.

O lugar onde se desenvolvia o coração político e religioso de Roma — o vale do Fórum romano — foi então drenado, como nas cidades gregas da mesma época, graças à instalação de um grande esgoto que ia dar ao Tibre: a *Cloaca Maxima*.

Depois, progressivamente, vamos vendo Roma alargar os seus horizontes, iniciando assim um processo que, no fim do século, a verá chegar ao domínio do mundo mediterrânico. Todavia, os primeiros passos são tímidos. A cidade desenvolvera-se junto de um dos meandros do Tibre, a uma vintena de quilómetros do mar. O rio era navegável e os barcos arcaicos podiam subir até ao local do *emporion* arcaico, situado nas proximidades do mercado de bovinos — o Forum Boarium — na pequena planície adjacente ao rio e enquadrada pelas duas colinas do Capitólio e do Aventino. Esta última não é uma das sete colinas famosas, tendo permanecido durante muito tempo fora do perímetro urbano. O porto, aqui como noutros sítios, ficava na ribeira da cidade.

Roma estava ligada ao mar pelo seu rio mas também por caminhos de sirga que tiveram importância para o transporte do sal (ver capítulo 1). Perto da foz do Tibre encontrava-se muito provavelmente um anteporto, dotado de estruturas modestas mas cujo papel devia ser importante no plano da navegação. Era a primeira implantação de Óstia, sobre a qual os especialistas ainda discutem, porquanto os indícios arqueológicos são de momento extremamente ténues.

Neste contexto, Roma comportava-se como um pequeno aglomerado da zona latina que deixava às cidades etruscas próximas, a norte do Tibre, o domínio do comércio marítimo. Depois dos meados do século VII, a mais meridional das cidades marítimas da Etrúria, Caere — hoje Cerveteri — praticava um comércio de exportação de vinho etrusco com destino ao sul de França mas também, em ligação com os mercadores fenícios, para a bacia tirrena. A cidade de Vulci, mais a norte, fez o mesmo uns decénios mais tarde.

As cidades etruscas, Populónia à parte, não se situavam no litoral. Roma também não. Desenrolou-se na Antiguidade toda uma reflexão, de século para século, para saber se uma cidade tem ou não vantagens em encontrar-se junto ao mar. Tucídides foi o primeiro a opor, deste ponto de vista, cidades antigas e cidades novas:

«As cidades que foram fundadas tardiamente, numa época em que a navegação conheceu algum desenvolvimento (...) estabeleceram-se, ao abrigo das suas muralhas, sobre o próprio litoral. Apossaram-se de istmos, ao mes-

mo tempo pela comodidade do comércio e para reforçar a sua posição relativamente aos Estados vizinhos. Quanto às cidades antigas, a pirataria, que persistiu durante muito tempo, levava-as a estabelecer-se de preferência longe do mar, quer nas ilhas quer no continente (...). É por isso que ainda hoje estas cidades se erguem no interior das terras.» (I, 7).

Platão prossegue estas reflexões, mencionando uma citação erudita do poeta arcaico Álcman e introduzindo uma dimensão moral:

«É, vede, para um país, boa coisa passar todos os dias à beira-mar. Na verdade, numa “vizinhança salgada” e no fundo amarga. O mar, com efeito, enche a região de tráficos e, com a revenda de produtos e de negócios comerciais, engendra assim nas almas uma predisposição que leva as pessoas a desdizer-se incessantemente e a estar sempre de má fé.» (*As Leis*, 705a)

Vários séculos mais tarde, Cícero retoma o tema e aplica-o a Roma:

«A admirável prudência deste grande rei (Rómulo, primeiro rei de Roma segundo as tradições romanas) reconheceu e sentiu que as costas do mar não eram pontos favoráveis às cidades fundadas com esperanças de império e de longevidade. Primeiro, as cidades marítimas estão expostas a um sem-fim de perigos, muitas vezes ocultos. Em terra firme, a aproximação esperada ou súbita de um inimigo é anunciada por um sem-fim de indícios (...) Mas por mar, uma frota inimiga pode chegar antes mesmo que se suspeite da sua aproximação; na sua marcha, nada anuncia o que é, de onde vem e com que intenções; enfim, nenhum indício permite reconhecer se traz amigos ou inimigos.» (*A República*, II, 3-4).

Vemos assim surgir uma relação com o mar que não é a dos Fenícios, quase sempre instalados no litoral. Mentalidade de gente de terra que só enfrenta o mar pela razão, não por instinto: é dele que vem o poder.

Uma única cidade etrusca ficava junto ao mar: a mais setentrional, Populónia, em frente da ilha de Elba, cuja riqueza, mais tarde, ficará a dever-se à proximidade das minas etruscas, particularmente de ferro. O seu papel nos séculos arcaicos foi — como o da sua vizinha Vetulónia — relacionar-se com os meios indígenas da Sardenha e, através deles, ligar-se às comunidades fenícias da ilha.

Perto da cidade etrusca de Tarquínia, à beira-mar, desenvolveu-se, a partir do

início do século VI, o *emporion* de Gravisca; as escavações (Torelli) permitiram evidenciar várias das suas estruturas de culto. O mercador de Egina Sostratos, citado por Heródoto por causa dos seus lucros (IV, 152) frequentou-o, uma vez que um fragmento de uma âncora dedicada a Apolo de Egina tem uma inscrição grega. Diversas dedicatórias permitiram identificar vários gregos, a maior parte da Jónia, que frequentavam este *emporion* (ver capítulo 6).

Perto de Caere havia um sítio marítimo, Pirgo, a que Caere estava ligada por uma estrada construída no início do século VI. Pirgo não tinha apenas uma função técnica de desembarcadouro (*epineion*). Era também um *emporion*, um lugar de trocas que as mais variadas comunidades frequentavam, sob o controlo do poder religioso. E, de facto, em Pirgo, as escavações (Colonna) permitiram mostrar um santuário conhecido dos textos, com vários templos. Foi por cima da porta de um deles que, por volta de 500, foram pregadas folhas de ouro com inscrições em Etrusco mas também em Fenício, prova de que Fenícios capazes de ler aquele texto frequentavam Pirgo.

É no fim do século VI que Roma dá o passo que, de certo modo, faz dela uma cidade etrusca. Até então, com efeito, são as cidades etruscas e os *emporia* próximos quem dialoga com os parceiros mediterrânicos, à cabeça dos quais havia Cartago. Em 509, Roma firma um tratado directamente com os Cartagineses e o tratado foi afixado no templo de Júpiter, no Capitólio. Este texto estava em Latim arcaico e Políbio, que o leu no século II a. C., traduziu-o para Grego:

«O facto situa-se 28 anos antes da invasão da Grécia por Xerxes. Damos a seguir uma tradução tão exacta quanto possível deste texto. Mas a língua que usavam os Romanos nessa época recuada é tão diferente do Latim de hoje que mesmo as pessoas mais competentes terão que entregar-se a um difícil trabalho de interpretação para compreender certas partes suas.» (III, 22)

O conteúdo do tratado estabelecia regras de boa conduta entre Romanos e Cartagineses. Os Romanos não deviam navegar nos mares próximos de Cartago: o limite era um «Bom Promontório» que era um dos cabos próximos de Cartago (Cabo Bom ou Cabo Farina); na Sicília, em compensação, Roma tinha toda a liberdade, mesmo no oeste controlado por Cartago; na Sardenha e na costa africana as transacções comerciais romanas deviam fazer-se em presença de funcionários

cartagineses. Pelo seu lado, os Cartagineses não deviam atacar as cidades romanas do Lácio próximas de Roma e já a ela submetidas nem instalar-se no Lácio de maneira independente.

Outros tratados vieram depois a ter lugar. Contudo, o primeiro acordo tinha uma importância histórica essencial: pela primeira vez, partilhava-se o espaço mediterrânico e a nossa noção moderna de águas territoriais, embora esta não estivesse claramente expressa no texto, estava-lhe subjacente. O mar tornava-se um território como qualquer outro onde a livre circulação de pessoas e bens requeria regulamentação.

Entre Marselha, a Sardenha e a Andaluzia

Para além do Mar Tirreno começam os vastos espaços marítimos do oeste, em direcção a estas duas grandes «portas», dissimétricas apenas na aparência, que são o delta do Ródano, vigiado por Marselha, que marca a entrada na Europa continental bárbara e celta, e o estreito de Gibraltar, com a penetração no oceano.

Este espaço foi marcado primeiro pelos Fenícios, depois pelos Fócios.

A princípio, os Fenícios frequentavam-no apenas marginalmente: percorreram-no pelo sul, ao longo da costa do Magrebe, nas suas longas jornadas partindo de Tiro até à rica região de Tartessos, provavelmente a Tarshisch da Bíblia, a actual Andaluzia ocidental em torno da planície do Guadalquivir. Foi neste contexto que foram fundadas Gades, Lixus e Utique, em data incerta, de qualquer modo muito anterior à fundação de Cartago (814).

Depois, a acção fenícia tomou corpo e consistência, após a fundação de Cartago, com a emergência de duas concentrações fenícias compactas, rica em numerosos estabelecimentos, uma nas costas ocidental e meridional da Sardenha, outra no litoral mediterrânico de Andaluzia. Entre os dois sectores aparece, nos meados do século VII, a fundação de Ibiza no arquipélago das Baleares.

A posição das cidades fenícias da Sardenha, de Caralis (actual Cagliari) a Tharros passando por Nora, Bitia e Sulcis, deve-se essencialmente à geografia da Sardenha, onde a grande planície de Campidano se abre para oeste e sul, e não para leste, e cujas riquezas mineiras são particularmente exploráveis no ângulo sudoeste da ilha (Iglesiente). Certo é que esta orientação não impede a ilha de lançar também os olhos sobre Itália mas, quase contra vontade, a Sardenha

torna-se uma comprida linha de partida para Espanha e para o litoral andaluz.

Este litoral, a norte do estreito de Gibraltar, tornou-se ao mesmo tempo uma terra fenícia onde os estabelecimentos arcaicos se justapunham uns aos outros a uma distância de algumas dezenas de quilómetros: Málaga, Toscanos, Morro de Mesquitilla, Trayamar, Chorreras, Almuñecar tornaram-se nomes familiares aos arqueólogos. Por vezes são habitat, por vezes necrópoles. Por toda a parte surge a imagem de uma sociedade hierarquizada com famílias poderosas. Esta «revelação andaluza» da investigação arqueológica destes últimos decénios faz-nos bem sentir o perigo que constitui basearmo-nos na ausência de documentação. O outro grande litoral, o da África, parece vazio e desprezado; apenas o ilhéu de Rachgoun, a oeste da actual cidade de Oran, na Argélia, tinha sido localizado. É o único sítio mediterrânico arcaico fronteiro aos sítios da Andaluzia, mas é possível que um dia a pesquisa arqueológica dê resultados, também neste sector.

O segundo impacto histórico importante é o dos Fócios, habitantes da cidade jónia de Fócia. E é também atrás dos atractivos da região de Tartessos que os Fócios, a cremos em Heródoto, descobrem o Extremo Ocidente. Isto no fim do século VII, numa altura em que a organização das comunidades fenícias está definitivamente instalada há alguns decénios.

A acção dos Fócios para o Ocidente poderia parecer multiforme e dispersa. Mas na realidade procede segundo uma linha extremamente coerente e sistemática. Heródoto (I, 163) menciona o interesse dos Fócios pelo Adriático, depois por todo o Ocidente. Os colonos da Fócia procuram todas as vias de acesso possíveis às profundezas do mundo bárbaro: no Adriático, pelo delta do Pó, onde a ausência de confirmação pela arqueologia é provavelmente provisória; em Gibraltar, é com o rei indígena Arganthonios que se estabelecem os vínculos. No Mar Tirreno, na foz do Tibre, os Fócios manifestam-se no princípio do século VI e fazem um pacto de amizade com os Romanos (Justino, XLIII, 3, 4). Enfim, e principalmente, numa enseada perto do delta do Ródano, a amizade (*philia*) com o rei indígena local leva à fundação de Massalia (Marselha) por volta de 600, data confirmada pelas fontes literárias e arqueológicas.

Outros pontos de contacto com o mundo indígena estabelecem-se na Catalunha, no sítio de Emporion (Ampurias), depois na Etrúria, nos sítios de Pisa e de Gravisca, por fim na Córsega, no sítio de Alalia (Aleria), em 565. Os pontos de apoio fócios na costa sueste de Espanha são menos seguros, uma vez que a referência

literária a três colónias gregas (Mainaké, Hemeroskopeion, Alonis) não foi confirmada pela arqueologia. Todavia, um elemento de peso provém de uma inscrição latina (*CIL*, VI, 20674) que faz referência a um «litoral fócio» (*litore phocaico*) que devemos localizar na foz do Júcar, a sul da actual Valéncia (Morel).

Iria ocorrer um acontecimento maior e inesperado para o mundo fócio: a metrópole, Fócia, em 545, perde a sua liberdade de cidade grega e passa para o controlo persa. Fugiram então muitos fócios (Heródoto, I, 167). Vêm naturalmente procurar refúgio no Ocidente, nas novas implantações fócias. Irão dar, nos anos 540-520, um impulso a este mundo fócio a oeste e em particular a Massalia que, na segunda metade do século VI, se torna por sua vez uma espécie de metrópole. O seu peso económico irá fazer-se sentir progressivamente em todo o litoral da Provença e do Languedoc e os sítios indígenas destas regiões recebem cada vez mais louças e ânforas de vinho marselesas. Esta influência manifesta-se também no interior da Gália, via Ródano, até à Borgonha. A descoberta, no túmulo de uma princesa celta, em Vix, de uma grande cratera de bronze sumptuosamente decorada pode indicar uma escala marselesa, mas este ponto sempre esteve em discussão.

Quer a cratera tenha passado por Marselha ou por itinerários adriáticos e alpinos, Vix, no coração da Borgonha, é um dos pontos extremos dos percursos mediterrânicos.

Fig. c — A cratera de Vix (R. Joffroy, *Le trésor de Vix*, Paris, Fayard, 1962, p. 75). É polémico o seu local de fabrico: Corinto, Sibaris ou Locres?

